

5 — As políticas aplicadas e seus efeitos sobre o balanço de pagamentos

Enquanto a seção anterior deste trabalho analisou o impacto dos choques externos, na forma dos efeitos dos termos de troca e do volume de exportações, sobre o balanço de pagamentos dos países de industrialização recente em vias de desenvolvimento, classificados em quatro grupos, nesta seção nos ocuparemos do exame das políticas aplicadas nos quatro grupos de países, indicando, ainda, os efeitos sobre o balanço de pagamentos destas políticas.

Tais efeitos sobre o balanço de pagamentos são apresentados na Tabela 1, enquanto a Tabela 2 relaciona os resultados ao volume de exportações, importações, comércio médio e o produto nacional bruto, todos a preços de "1972" (cálculos mais detalhados são apresentados nas Tabelas 9 e 10, ao final deste trabalho). A Tabela 3 oferece dados sobre o financiamento do hiato de recursos, a Tabela 4 sobre as taxas de juros nominais e reais, o orçamento estatal e a oferta de dinheiro, a Tabela 5 sobre as taxas de câmbio nominais e reais em relação ao dólar norte-americano, a Tabela 6 sobre o serviço da dívida e a dívida externa e a Tabela 7 sobre a composição da despesa nacional, as relações incrementais capital/produto e as taxas de crescimento econômico.

5.1 — Coréia, Singapura e Taiwan

Em 1974, os efeitos totais dos choques externos sobre o balanço de pagamentos somou 18% do produto nacional bruto em Singapura, 10% em Taiwan e 9% na Coréia. Os efeitos destes choques aumentou nos anos subsequentes em Singapura, alcançando 31% do PNB em 1978. Depois de um leve aumento em 1975, a proporção diminuiu para 6% na Coréia e 4% em Taiwan em 1978.

Todos os três países deram continuação às políticas orientadas para o exterior após a quadruplicação dos preços do petróleo e a recessão mundial. Na Coréia, as restrições quantitativas sobre as importações foram liberalizadas e as taxas alfandegárias reduzidas

TABELA 3

Financiamento do hiato de recursos externos

(Em US\$ Milhões Correntes)

	Argentina										Brasil										Chile										Colômbia																																																																					
	1971	1972	1973	'1972"	1974	1975	1976	1977	1978	Média 1974/78	1971	1972	'1972"	1973	1974	1975	1976	1977	1978	Média 1974/78	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	Média 1974/78	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	Média 1974/78																																																														
Receitas de Juros	16	7	26	16	128	55	50	128	333	139	43	131	327	167	718	364	282	358	640	472	98	-118	-1,126	-382	-510	843	-1,156	-1,904	-3,055	-1,156	924	1,000	1,072	999	6,277	4,913	3,818	1,640	2,745	3,880	12	1	5	6	24	5	10	18	39	19	9	18	24	17	65	56	65	65	123	75	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248
Pagamentos de Juros	-226	-279	-343	-283	-425	-467	-515	-500	-719	-525	-374	-544	-908	-609	-1,448	-1,861	-2,091	-2,400	-3,334	-2,239	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Dividendos	-46	-61	-77	-61	-86	-16	-25	-211	-324	-122	-412	-310	-530	-417	-654	-632	-790	-1,330	-1,538	-949	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Pagamentos de outros Fatores	-33	-8	-33	-25	-59	-15	-5	-27	-143	-50	8	8	10	9	-1	-75	-120	-33	-44	-55	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Transferências Oficiais	-3	-4	11	1	0	-1	-5	0	0	-1	20	23	16	20	-2	-10	-4	5	3	-2	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Investimento Direto	11	10	10	10	10	0	0	82	273	73	536	570	1,341	816	1,268	1,090	1,212	1,678	1,880	1,426	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Capital de Carteira	-94	112	56	25	-78	203	-221	137	-593	-92	1,565	3,115	2,768	2,493	5,371	4,956	6,988	4,540	9,486	6,268	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Erros e Omissões	29	40	69	46	26	4	486	324	297	227	-9	438	355	261	-64	-35	1,024	-614	298	122	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Variações de Reservas Financeiro Externo Líquido	444	65	-845	-112	-76	1,080	-921	-1,837	-2,269	-805	-483	-2,431	-2,307	-1,740	989	1,016	-2,683	-495	-4,646	-1,164	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Financiamento Externo Total	98	-118	-1,126	-382	-510	843	-1,156	-1,904	-3,055	-1,156	924	1,000	1,072	999	6,277	4,913	3,818	1,640	2,745	3,880	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Receitas de Juros	12	1	5	6	24	5	10	18	39	19	9	18	24	17	65	56	65	65	123	75	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Pagamentos de Juros	-100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Dividendos	-30	-25	0	-18	-8	-7	-2	-23	-30	-14	-71	-70	-70	-70	-55	-68	-100	-86	-114	-86	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Pagamentos de outros Fatores	-13	5	12	1	-26	-11	-47	-54	-34	-34	-32	-33	-25	-30	-23	-18	-17	-2	-3	-13	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Transferências Oficiais	4	2	10	5	8	13	16	16	0	11	31	24	23	26	32	17	13	6	6	15	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Investimento Direto	-66	-1	-5	-24	-557	50	-1	21	182	-61	43	18	24	28	41	40	25	64	75	49	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Capital de Carteira	134	342	470	316	761	257	167	776	1,496	691	303	228	123	218	231	142	171	-91	149	120	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Erros e Omissões	-109	0	-86	-65	-117	-19	-3	-33	-68	-48	90	103	69	87	-17	10	211	159	138	100	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								
Variações de Reservas	239	130	-100	90	90	277	-323	-210	-720	-179	1	-176	-161	-113	95	-112	-633	-586	-528	3-53	370	220	-706	-38	-49	1,326	-616	-1,193	-2,012	-509	1,710	1,854	2,510	2,025	8,279	7,306	6,699	5,439	7,617	7,068	100	-124	-114	-113	-286	-282	-320	-360	-454	-340	-114	-135	-168	-139	-201	-250	-269	-252	-269	-248																																								

Financiamento Externo Líquido	71	330	192	108	-111	283	-513	151	411	44	260	-25	-161	25	168	-183	-543	-723	-423	-841
Financiamento Externo Total	201	479	306	329	183	572	-191	534	895	399	445	180	77	234	424	135	-165	-385	-40	-6

México

Receitas de Juros	65	80	97	81	153	117	124	168	245	161	1	1	6	3	5	4	7	12	18	9
Pagamentos de Juros	-309	-343	-513	-389	-806	-1,094	-1,675	-1,978	-2,550	-1,621	-22	-25	-31	-26	-49	-71	-79	-77	-95	-73
Dividendos	-359	-435	-581	-458	-794	-840	-656	-400	-480	-636	0	0	0	0	-4	-4	0	-2	0	-2
Pagamentos de outros Fatores	133	149	157	146	182	186	253	260	279	232	-1	-1	-1	-1	-4	-5	-3	-10	-6	-6
Transferências Oficiais	7	10	8	8	22	27	27	16	18	22	8	8	7	8	17	5	0	0	0	4
Investimento Direto	307	301	457	355	678	610	628	556	532	601	0	0	0	0	0	0	0	66	129	39
Capital de Carteira	629	154	1,524	769	3,122	4,872	5,233	1,616	1,956	3,560	102	40	20	54	160	165	160	238	-81	138
Erros e Omissões	34	651	-411	91	-845	-1,249	-3,046	53	-557	-1,129	-51	-62	-30	-48	-82	-38	-13	35	158	12
Variações de Reservas	-134	-190	-154	-159	-79	-178	595	-375	-428	-93	13	-36	-27	-17	40	62	-73	-179	-129	-56
Financiamento Externo Líquido	373	375	584	444	1,633	2,451	1,473	84	15	1,098	50	-75	-56	-27	89	118	-1	83	44	67
Financiamento Externo Total	1,041	1,155	1,678	1,291	3,233	4,385	3,814	2,294	3,554	3,854	72	-50	-25	-1	136	319	78	165	139	142

Índia

Receitas de Juros	48	43	51	47	94	130	195	274	468	232	120	137	238	165	335	322	363	370	496	377
Pagamentos de Juros	-350	-350	-391	-364	-304	-386	-347	-413	-338	-358	-177	-240	-334	-250	-526	-652	-663	-715	-939	-699
Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-29	-20	-42	-30	-53	-49	-38	-46	-48	-47
Pagamentos de outros Fatores	8	10	13	10	45	79	-29	-67	0	6	-68	-114	-198	-127	-235	-242	-222	-193	-218	-222
Transferências Oficiais	144	163	110	139	2,004	194	401	394	993	815	240	344	1,050	545	990	1,002	1,436	1,277	1,560	1,253
Investimento Direto	-1	3	-13	-4	-6	-11	-8	0	0	-5	57	113	148	106	81	45	47	81	134	78
Capital de Carteira	757	275	482	505	-937	958	921	437	0	276	533	411	835	593	985	1,901	1,024	232	1,345	1,097
Erros e Omissões	-95	-254	-42	-130	-290	-455	-296	-134	199	-195	58	53	-4	36	-183	149	22	430	391	162
Variações de Reservas	-22	129	108	72	20	-362	-2,214	-2,425	-1,692	1,335	-224	-519	-532	-425	815	197	-44	-237	-860	-26
Financiamento Externo Líquido	489	19	318	275	716	147	-1,377	-1,934	-370	-546	510	165	1,161	612	2,209	2,673	1,925	1,109	1,861	1,973
Financiamento Externo Total	839	369	709	639	1,020	533	-1,030	-1,521	-32	-206	716	425	1,537	893	2,788	3,374	2,626	1,960	2,848	2,719

(Continua)

(Conclusão)

	1971	1972	1973	"1972"	1974	1975	1976	1977	1978	Média 1974/78	1971	1972	1973	"1972"	1974	1975	1976	1977	1978	Média 1974/78
Coreia																				
Receitas de Juros	17	17	50	28	93	62	90	123	150	104	23	21	41	28	82	47	70	134	282	123
Pagamentos de Juros	-147	-165	-222	-178	-285	-343	-364	-381	-455	-366	-109	-150	-192	-150	-294	-424	-480	-675	-968	-568
Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-3	-25	-10	-13	-30	-25	-37	-51	-39	-39
Pagamentos de outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	236	229	176	214	150	125	182	310	219
Fatores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	63	50	36	67	67	152	53	38	75
Transferências Oficiais	-1	-1	14	4	1	-1	0	-1	0	0	0	64	95	67	119	57	81	93	89	88
Investimento Direto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42	64	95	67	119	57	81	93	89	88
Capital de Carteira	428	147	168	248	947	1.067	900	1.544	1.267	1.145	741	425	509	558	1.624	1.782	1.305	2.006	1.823	1.823
Erros e Omissões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26	21	45	31	107	-220	-232	-63	-327	-148
Variações de Reservas	-70	-506	-646	-427	243	-63	-1.065	-11	-250	-229	39	-141	-348	-150	171	-376	-1.314	-1.372	-707	-720
Financiamento Externo	227	-568	-676	-326	999	722	-439	1.274	712	654	1.058	494	352	635	1.996	1.643	204	-266	691	864
Líquido	374	-403	-414	-148	1.284	1.065	-75	1.655	1.167	1.019	1.170	669	554	798	2.320	2.092	721	460	1.709	1.461
Financiamento Externo																				
Total																				
Singapura																				
Receitas de Juros	83	96	137	105	182	211	208	273	383	251	40	46	111	66	164	149	154	212	376	211
Pagamentos de Juros	-30	-128	-298	-152	-371	-295	-340	-374	-454	-369	-56	-24	-43	-41	-82	-142	-261	-313	-400	-240
Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-21	-25	-49	-32	-65	-90	-61	-67	-75	-72
Pagamentos de outros	117	61	80	86	82	69	32	32	38	51	20	48	-2	22	11	11	-51	-19	-104	-80
Fatores	11	4	11	9	1	0	-3	-3	-4	-2	2	2	-5	0	-2	-6	-1	-2	-7	-4
Transferências Oficiais	116	191	389	232	597	611	651	335	517	542	53	27	62	47	83	15	72	49	114	67
Investimento Direto	171	205	384	237	-90	-32	199	272	274	123	-162	-29	-485	-225	1.019	552	266	-1.080	1.633	-175
Capital de Carteira	755	451	262	489	902	433	152	180	630	459	-24	-25	-116	-55	13	-5	-243	-141	-135	-102
Erros e Omissões	-319	-337	-411	-356	-295	-408	-298	-313	-665	-396	-41	-514	-60	-205	-41	-12	-413	246	-6	-45
Variações de Reservas																				
Financiamento Externo	904	543	504	650	399	589	592	402	719	660	-189	-494	-387	-423	1.100	472	-538	-1.115	-1.870	-390
Líquido	934	671	802	802	1.370	864	941	776	1.173	1.029	-112	-445	-435	-351	1.247	704	-210	-735	-1.395	-70
Financiamento Externo																				
Total																				

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *Balances of Payments Yearbook, International Financial Statistics*, vários números. Dados Iniciais do World Bank Report. Para a Língua, foi usado o ano fiscal de 1978/79 para 1978, do World Bank Report.

NOTA: O financiamento externo total é a soma de financiamento externo líquido, pagamentos de juros e dividendos.

TABELA 4

Taxas de juros nominais e reais, orçamento do governo e a oferta de moeda

	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978		
	Argentina								Brasil									
Taxa de Juros Nominal ^a	23,2	30,1	26,2	26,5	26,5	94,5	115,3	121,8	142,8	20,0	20,0	18,0	19,3	18,0	18,0	28,0	30,0	33,0
Taxa de Juros Real ^b	-11,3	-24,7	-17,3	-17,8	7,9	-33,9	-64,1	-11,1	1,3	0,0	1,2	1,1	0,8	-8,6	-7,3	10,7	-8,7	-3,3
Receita do Governo ^c	6,6	5,7	5,2	5,8	6,0	3,9	5,3	6,2		9,8	10,5	10,7	10,3	10,8	9,6	10,8	10,6	10,4
Despesa do Governo ^c	8,9	8,5	10,7	9,4	12,3	16,1	13,8	10,4		10,1	10,6	10,6	10,4	10,2	9,6	10,8	10,6	10,3
Superavit (Deficit) Orçamentário	-2,3	-2,8	-5,5	3,5	-6,3	-12,2	-8,5	-4,2		-0,2	-0,1	0,1	-0,1	0,6	0,0	0,0	0,0	0,1
Variações na Oferta de Moeda	35,9	67,0	103,6	68,8	71,6	196,5	297,7	148,7	133,3	29,2	40,0	49,1	39,4	33,6	38,2	38,5	36,6	41,0
--- Real ^b	-2,2	-5,5	32,7	8,3	46,4	0,8	-33,6	-0,3	-5,2	7,7	18,1	27,7	17,8	3,5	9,4	-3,3	-4,1	2,5
	Chile								Colômbia									
Taxa de Juros Nominal ^a	15,0	20,0	50,0	28,3	...	267,3	197,9	93,8	63,2	14,0	14,0	14,0	16,0	16,0	20,0	20,0	20,0	22,0
Taxa de Juros Real ^b	-14,7	-51,1	-73,3	-46,4	...	-22,7	-4,5	1,1	16,5	2,2	-3,7	-10,9	4,1	-14,7	-7,5	-2,4	-5,3	3,7
Receita do Governo ^c	18,2	15,9	16,9	17,0	24,3	18,9				9,7	8,9	8,4	9,1	8,1	9,5	9,3	9,0	9,5
Despesa do Governo ^c	26,1	26,1	24,8	25,7	34,9	17,8				10,5	10,9	9,4	10,3	9,0	9,8	8,5	8,1	8,8
Superavit (Deficit) Orçamentário	-7,9	-10,2	-7,9	-8,7	-10,6	1,1				-0,8	-2,0	-1,0	-1,3	-0,9	-0,3	0,9	0,8	0,7
Variações na Oferta de Moeda	120,0	145,3	316,7	194,1	272,4	257,4	193,7	108,2	68,6	11,9	27,1	30,7	23,2	17,8	20,1	31,7	30,4	25,0
--- Real ^b	62,1	0,0	-25,8	12,4	-15,2	-24,8	-5,9	8,7	20,4	0,3	7,4	2,2	3,3	-13,4	-4,3	9,6	2,9	6,3
	México								Uruguai									
Taxa de Juros Nominal ^a	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5							45,6	65,2	59,7
Taxa de Juros Real ^b	0,6	1,7	-8,8	-2,2	-14,7	-5,4	-14,6	-26,0	-9,7							-3,3	9,9	7,5
Receita do Governo ^c	8,5	9,7	10,9	9,7	11,4	13,2	13,1	11,6	19,4							20,1	18,5	20,9
Despesa do Governo ^c	9,3	11,6	14,1	11,7	15,0	16,7	16,5	14,9	24,1							23,8	22,9	23,1
Superavit (Deficit) Orçamentário	-0,8	-1,9	-3,2	-2,0	-3,6	-3,5	-3,4	-3,3	-4,7							-3,7	-4,4	-2,2
Variações na Oferta de Moeda	7,6	17,9	22,4	16,0	20,7	21,4	29,1	26,0	31,1	53,9	46,9	80,0	60,3	64,2	64,0	66,1	38,1	79,7
--- Real ^b	3,6	14,7	5,7	8,0	-1,5	9,9	5,6	-10,7	13,2	27,5	-22,6	-16,3	-3,8	-8,1	-4,8	10,3	-8,2	20,9

(Continua)

(Conclusão)

	1971	1972	1973	"1972"	1974	1975	1976	1977	1978	1971	1972	1973	"1972"	1974	1975	1976	1977	1978
Índia																		
Taxa de Juros Nominal ^a	6,0	6,0	7,0	6,3	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0									
Taxa de Juros Real ^b	0,9	-3,3	-7,3	-8,2	-15,2	4,5	7,3	3,0	10,1									
Receita do Governo ^c	9,9	9,6	8,4	9,3	9,0	10,3	10,6	10,6										
Despesa do Governo ^c	12,1	11,6	9,9	11,2	10,6	12,5	13,4	13,2										
Superavit (Deficit) Orçamentário	-2,2	-2,0	-1,5	1,9	-1,6	-2,2	-2,8	2,6										
Variáveis na Oferta de Moeda -- Nominal ^d	13,6	12,8	16,9	14,4	10,2	9,3	24,9	16,8	21,6									
-- Real ^b	8,1	2,9	1,3	4,1	-14,3	4,8	22,9	10,4	22,9									
Israel																		
Taxa de Juros Nominal ^a																		
Taxa de Juros Real ^b																		
Receita do Governo ^c																		
Despesa do Governo ^c																		
Superavit (Deficit) Orçamentário																		
Variáveis na Oferta de Moeda -- Nominal ^d																		
-- Real ^b																		
Coreia																		
Taxa de Juros Nominal ^a																		
Taxa de Juros Real ^b																		
Receita do Governo ^c																		
Despesa do Governo ^c																		
Superavit (Deficit) Orçamentário																		
Variáveis na Oferta de Moeda -- Nominal ^d																		
-- Real ^b																		
Singapura																		
Taxa de Juros Nominal ^a																		
Taxa de Juros Real ^b																		
Receita do Governo ^c																		
Despesa do Governo ^c																		
Superavit (Deficit) Orçamentário																		
Variáveis na Oferta de Moeda -- Nominal ^d																		
-- Real ^b																		
Taiwan																		
Taxa de Juros Nominal ^a																		
Taxa de Juros Real ^b																		
Receita do Governo ^c																		
Despesa do Governo ^c																		
Superavit (Deficit) Orçamentário																		
Variáveis na Oferta de Moeda -- Nominal ^d																		
-- Real ^b																		

NOTA: Fundo Monetário Internacional, *Internacional Financial Statistics*.

^aTaxa de desconto, exceto nos países indicados na nota acima.

^bDeflacionada pelo índice de preços por atacado.

^cPorcentagem do PNB; os dados não incluem doações, empréstimos e reembolsos.

^dSoma dos depósitos de demanda do setor privado mais moeda em circulação fora dos bancos (M1).

Chile: taxas para depósitos a 30 dias de prazo em bancos comerciais.

TABELA 5

Taxas de câmbio nominais e reais — 1971/78

	1971	1972	1973	"1972"	1974	1975	1976	1977	1978	1971	1972	1973	"1972"	1974	1975	1976	1977	1978
	Argentina																	
Taxa de Câmbio: Moeda Nacional/US\$	4,6	8,2	9,4	7,4	8,9	36,6	140,0	407,6	795,8	5,288	5,934	6,126	5,783	6,790	8,129	10,675	14,144	18,070
Índice da Taxa de Câmbio	62,2	110,8	127,0	100,0	120,3	494,6	1.891,9	5.508,2	10.754,1	91,4	102,6	105,9	100,0	117,4	140,6	184,6	244,6	312,5
Índice de Preços Domésticos por Atacado	53,8	95,1	143,5	100,0	171,2	503,4	3.015,5	7.526,9	18.505,3	84,1	99,7	116,4	100,0	150,4	191,3	274,3	390,6	537,3
Índice de Preços Relativos frente aos Estados Unidos	60,6	102,6	136,8	100,0	137,3	369,5	2.117,2	4.973,1	11.368,9	90,6	103,1	106,4	100,0	115,7	134,6	184,3	247,5	316,4
Índice da Taxa de Câmbio Real frente ao US\$	102,6	108,0	92,8	100,0	87,6	133,9	89,4	110,8	94,6	100,9	99,5	99,5	100,0	101,5	104,5	100,2	98,8	98,8
	Chile																	
Taxa de Câmbio: Moeda Nacional/US\$	0,012	0,020	0,111	0,048	0,832	4,911	13,054	21,529	31,656	20,080	22,018	23,813	21,970	27,109	31,202	34,976	36,923	39,252
Índice da Taxa de Câmbio	25,2	42,0	232,9	100,0	1.746,0	10.303,0	27.386,0	45.166,0	66.411,0	91,4	100,2	108,4	100,0	123,4	142,0	159,2	160,1	178,7
Índice de Preços Domésticos por Atacado	17,4	42,7	239,9	100,0	1.054,0	5.098,0	15.623,0	29.945,0	41.938,0	81,1	96,1	122,9	100,0	167,1	203,6	257,6	326,5	384,0
Índice de Preços Relativos frente aos Estados Unidos	18,7	44,0	218,5	100,0	808,0	3.837,0	10.471,0	18.916,0	24.554,0	87,7	99,7	112,6	100,0	128,9	147,9	173,9	207,5	226,8
Índice da Taxa de Câmbio Real frente ao US\$	134,8	95,5	106,6	100,0	216,1	268,5	261,5	238,8	270,5	104,2	100,5	96,3	100,0	95,7	96,0	91,5	77,2	78,8
	México																	
Taxa de Câmbio: Moeda Nacional/US\$	12,500	12,500	12,500	12,500	12,500	12,498	15,426	22,573	22,767	0,260	0,563	0,875	0,566	1,216	2,299	3,395	4,750	6,125
Índice da Taxa de Câmbio	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	123,4	180,6	182,1	45,9	99,5	154,6	100,0	214,8	406,2	596,8	839,2	1.082,2
Índice de Preços Domésticos por Atacado	93,2	95,8	111,0	100,0	136,0	150,2	183,7	259,3	300,1	43,0	81,6	175,4	100,0	318,5	540,4	813,7	1.223,2	1.817,4
Índice de Preços Relativos frente aos Estados Unidos	100,0	98,7	101,1	100,0	104,2	105,4	123,3	163,8	176,1	47,8	86,9	165,3	100,0	248,6	391,9	564,5	799,2	1.103,3
Índice da Taxa de Câmbio Real frente ao US\$	99,7	101,3	98,9	100,0	96,0	94,9	100,1	110,3	103,4	96,0	114,5	93,5	100,0	86,4	103,6	106,3	105,0	98,1
	Uruguai																	

(Continua)

(Conclusão)

	1971	1972	1973	"1972"	1974	1975	1976	1977	1978	1971	1972	1973	"1972"	1974	1975	1976	1977	1978	1978	1978
Índia																				
Taxa de Câmbio: Moeda Nacional/US\$	7,501	7,594	7,742	7,612	8,102	8,376	8,966	8,739	8,103	0,373	0,420	0,420	0,404	0,450	0,639	0,798	1,046	1,747		
Índice da Taxa de Câmbio frente aos Estados Unidos por Atacado	98,5	92,8	101,7	100,5	103,4	110,0	117,7	114,8	107,6	92,3	103,9	103,9	100,0	111,3	136,0	197,4	258,7	432,1		
Índice de Preços Relativos frente aos Estados Unidos	89,3	97,8	112,9	109,0	145,2	151,4	153,8	162,8	161,1	93,1	97,1	109,9	100,0	130,5	142,7	149,2	158,5	170,5		
Índice da Taxa de Câmbio Real frente ao US\$	96,0	100,7	102,8	109,0	111,3	106,2	103,1	102,8	94,3	94,4	100,1	105,4	100,0	134,2	172,9	216,4	282,3	401,8		
	102,6	99,1	98,9	100,0	95,6	103,6	111,2	111,7	114,1	97,8	103,8	98,6	100,0	85,9	91,4	91,2	91,6	107,5		
Inosilândia																				
Taxa de Câmbio: Moeda Nacional/US\$	14,658	17,000	16,189	16,049	15,913	18,286	18,193	18,298	18,644	350,80	383,97	396,32	381,03	403,97	484,09	484,00	484,00	484,00		
Índice da Taxa de Câmbio frente aos Estados Unidos por Atacado	93,2	103,9	109,9	109,0	99,2	108,3	113,4	114,0	116,2	92,1	103,4	104,5	100,0	103,5	127,0	127,0	127,0	127,0		
Índice de Preços Relativos frente aos Estados Unidos	88,8	99,4	111,9	109,0	145,6	177,5	188,3	207,7	221,9	90,0	101,5	108,5	100,0	154,3	195,4	218,9	238,7	266,6		
Índice da Taxa de Câmbio Real frente ao US\$	95,5	102,5	101,9	100,0	111,7	124,6	126,3	131,3	130,3	96,7	104,5	98,8	100,0	118,2	137,0	146,7	150,6	156,3		
	97,6	102,3	99,0	100,0	88,8	91,0	89,8	86,8	89,2	95,2	98,9	103,8	100,0	90,1	92,7	86,6	84,3	81,3		
Singapura																				
Taxa de Câmbio: Moeda Nacional/US\$	3,0478	2,8092	2,4436	2,7669	2,4369	2,3713	2,4708	2,4594	2,2740	40,000	40,033	38,263	39,432	38,000	38,000	38,000	38,000	37,051		
Índice da Taxa de Câmbio frente aos Estados Unidos por Atacado	110,2	101,5	88,3	100,0	88,1	85,7	89,3	88,2	82,2	101,4	101,5	97,0	100,0	96,4	96,4	96,4	96,4	94,0		
Índice de Preços Relativos frente aos Estados Unidos	90,5	92,4	117,0	103,0	143,0	146,8	144,0	148,7	155,7	90,2	94,1	115,6	100,0	162,5	154,3	158,6	163,9	168,7		
Índice da Taxa de Câmbio Real frente ao US\$	97,6	95,5	106,8	100,0	110,0	103,2	96,8	94,1	91,7	97,3	97,3	105,6	100,0	124,9	108,6	109,7	103,3	99,3		
	112,9	106,3	82,7	103,0	80,1	83,0	92,3	93,7	89,6	104,2	104,2	91,9	100,0	77,2	88,8	90,3	93,3	94,7		

FONTE: Fundo Monetário Internacional, *International Financial Statistics*, vários números; e World Bank Report.
 NOTA: Para Chile e Singapura foi usado o Índice de Preços ao Consumidor.

TABELA 6

Juros, serviço da dívida e participação do serviço da dívida

(Em US\$ Milhões a Preços Correntes)

	1971	1972	1973	"1972"	1974	1975	1976	1977	1978	1971	1972	1973	"1972"	1974	1975	1976	1977	1978	
	Brasil																		
	Argentina																		
Serviço da Dívida Bruta	502	538	714	595	1.000	1.011	1.223	1.284	2.161	1.467	1.942	2.654	2.021	3.371	4.081	5.084	6.511	8.606	
Serviço da Dívida Líquida	486	521	718	578	872	956	1.173	1.156	2.828	1.424	1.811	2.327	1.854	2.653	3.665	4.802	6.153	7.966	
Exportações de Bens	1.740	1.941	3.266	2.316	3.331	2.901	3.912	5.642	6.403	2.904	3.391	6.169	4.365	7.951	8.670	10.128	12.120	12.639	
Participação do Serviço da Dívida Bruta	28,9	27,7	22,8	25,7	25,4	31,1	31,3	22,8	49,4	50,5	48,7	42,8	46,3	42,4	46,5	50,2	53,7	68,0	
Participação do Serviço da Dívida Líquida	27,9	27,4	22,0	25,0	22,2	32,3	30,3	20,5	44,2	49,0	45,4	37,5	42,5	33,4	42,3	47,4	50,8	62,9	
Dívida Externa Bruta	3.323	3.323	3.641	3.450	5.890	7.260	6.622	9.321	12.572	9.372	17.165	21.171	25.985	32.000	43.500	50.8	62,9		
Dívida Externa Líquida	2.215	2.215	2.406	3.286	3.970	2.977	2.143	4.839	5.338	6.156	5.405	11.433	17.135	19.441	24.744	31.606			
Produto Nacional Bruto	37.907	43.400	48.130	43.145	60.839	62.947	70.018	72.752	64.340	74.871	60.227	76.479	108.664	125.212	143.198	158.556	180.024		
Participação da Dívida Externa Bruta	6,9			6,5	5,7	8,0	8,4	10,0	10,3	12,7	13,9	12,5	15,8	16,9	18,1	20,2	24,2		
Participação da Dívida Externa Líquida	4,6			4,3	5,4	6,3	4,3	2,9	7,6	7,1	6,8	7,1	6,8	7,1	10,9	13,7	15,6	17,6	
	Chile																		
	Colômbia																		
Serviço da Dívida Bruta	283	391	522	399	888	805	985	1.153	1.416	285	315	358	319	465	471	486	484	551	
Serviço da Dívida Líquida	271	390	517	393	864	800	975	1.135	1.377	276	297	324	302	400	415	421	419	428	
Exportações de Bens	961	855	1.249	1.022	2.481	1.552	2.653	2.190	2.408	659	863	1.176	909	1.417	1.465	1.743	2.443	3.010	
Participação do Serviço da Dívida Bruta	29,4	45,7	41,8	39,0	35,8	51,9	47,3	52,6	58,8	41,4	36,5	30,4	35,1	32,8	32,2	27,9	19,8	18,3	
Participação do Serviço da Dívida Líquida	28,2	45,6	41,4	38,4	34,8	51,5	46,8	51,8	57,2	40,1	34,4	28,4	33,2	28,2	28,3	24,1	17,2	14,2	
Dívida Externa Bruta	4.018	4.018	4.774	5.263	5.195	5.424	6.911												
Dívida Externa Líquida	3.964	3.964	4.808	5.315	5.201	5.315	6.109												
Produto Nacional Bruto	9.275	9.708	9.851	9.611	11.398	10.980	12.010	13.819	16.442	9.447	10.613	12.078	10.713	14.124	16.030	17.615	19.645	22.993	
Participação da Dívida Externa Bruta	41,1			41,9	47,9	43,3	39,3	42,0											
Participação da Dívida Externa Líquida	40,2			42,7	50,5	43,3	38,5	37,2											

(Continua)

(Conclusão)

	1971	1972	1973	"1972"	1974	1975	1976	1977	1978	1971	1972	1973	"1972"	1974	1975	1976	1977	1978	
	México																		
	Uruguai																		
Serviço da Dívida Bruta	788	876	1.390	1.018	1.398	1.929	2.933	4.398	7.040	46	71	106	74	63	138	140	149	207	
Serviço da Dívida Líquida	723	796	1.293	937	1.245	1.812	2.809	4.230	6.765	45	70	100	72	58	134	133	137	189	
Exportações de Bens	1.363	1.665	2.071	1.700	2.850	2.861	3.316	4.418	6.217	206	214	322	247	382	384	547	608	688	
Participação do Serviço da Dívida Bruta	57,8	52,6	67,1	59,9	49,1	67,4	88,4	99,5	113,2	22,3	33,2	32,9	30,1	16,5	35,9	25,6	24,5	30,1	
Participação do Serviço da Dívida Líquida	53,0	47,8	62,4	55,1	43,7	63,3	84,7	95,7	109,3	21,8	32,7	31,1	29,0	15,2	34,9	24,3	23,5	27,5	
Dívida Externa Bruta		8.310		12.389	17.263	22.000	26.785	32.622				369		557	667	750	791	896	
Dívida Externa Líquida		6.955		10.996	15.724	20.973	23.366	30.675			168		168	408	392	405	468	17	
Produto Nacional Bruto	41.284	46.102	52.391	46.592	60.378	68.624	73.159	80.102	91.914	2.823	2.829	3.027	2.893	3.430	3.906	4.212	4.629	5.157	
Participação da Dívida Externa Bruta		15,9		20,5	25,2	30,1	33,3	35,5			12,2			16,2	17,1	17,8	17,1	16,8	
Participação da Dívida Externa Líquida		13,3		18,2	22,9	28,7	31,5	33,4			5,6			11,7	10,0	9,6	3,6	0,3	
	Índia																		
	Israel																		
Serviço da Dívida Bruta	644	605	784	678	2.717	789	769	961	908	403	557	612	524	707	838	1.102	1.141	1.449	
Serviço da Dívida Líquida	596	562	733	630	2.623	659	574	687	440	283	420	374	359	462	516	739	771	953	
Exportações de Bens	2.037	2.415	2.961	2.471	3.899	4.355	5.323	5.980	6.252	960	1.149	1.509	1.206	1.825	1.941	2.416	3.083	3.924	
Participação do Serviço da Dívida Bruta	31,6	25,1	26,5	27,4	69,7	18,1	14,4	16,1	14,5	42,0	48,5	40,6	43,4	43,7	43,2	45,6	37,0	36,9	
Participação do Serviço da Dívida Líquida	29,3	23,3	24,8	25,5	67,3	15,3	10,8	11,5	7,0	29,5	36,6	24,8	29,8	25,3	26,6	30,6	25,0	24,3	
Dívida Externa Bruta		11.252		12.386	13.178	14.263	15.534	16.132	3.395	4.081	5.093	4.190	6.210	7.373	9.040	10.760	12.529		
Dívida Externa Líquida		10.181		11.743	12.793	11.738	10.579	9.744	2.698	2.862	3.278	2.916	5.049	6.435	7.998	9.535	10.294		
Produto Nacional Bruto	57.001	58.930	64.766	60.232	71.374	85.327	91.516	104.389	117.520	7.307	8.559	9.412	8.426	10.968	12.340	12.856	13.652	15.332	
Participação da Dívida Externa Bruta		17,4		17,4	15,4	15,6	14,9	14,9	14,0	46,5	47,7	54,1	49,7	56,6	59,7	70,3	78,8	81,7	
Participação da Dívida Externa Líquida		15,7		16,5	14,9	12,8	10,1	8,3	36,9	33,4	34,8	34,8	34,9	46,0	52,1	62,2	69,8	66,6	

	Iugoslávia										Coréia									
Serviço da Dívida Bruta	485	672	888	665	1.014	1.338	1.267	1.431	1.855	332	401	531	421	751	958	1.359	1.848	2.561		
Serviço da Dívida Líquida	468	655	788	637	921	1.296	1.177	1.308	1.705	309	380	490	393	669	911	1.289	1.714	2.278		
Exportações de Bens	1.836	2.237	3.020	2.304	3.805	4.072	4.896	4.896	5.608	1.060	1.616	3.215	1.964	4.453	5.071	7.693	9.986	12.654		
Participação do Serviço da Dívida Bruta	26,4	30,0	27,7	28,1	26,6	33,3	25,9	29,2	32,7	31,3	24,8	16,5	21,5	16,9	18,9	17,7	18,5	20,2		
Participação do Serviço da Dívida Líquida	25,5	27,3	26,1	26,9	24,2	31,8	24,0	26,7	30,1	29,2	23,5	15,2	20,0	15,0	18,0	10,8	17,2	18,0		
Dívida Externa Bruta	2.443			3.103	5.476	6.896	8.589	10.323				3.556		4.693	6.047	7.370	8.622	11.992		
Dívida Externa Líquida	1.131			2.216	4.784	5.215	6.740	8.104				2.667		4.536	5.515	5.746	5.989	9.461		
Produto Nacional Bruto	24.392	26.595	29.226	26.738	36.100	39.882	43.679	50.137	57.032	15.089	16.616	30.159	17.288	23.775	27.894	33.516	40.070	47.996		
Participação da Dívida Externa Bruta	8,4			8,8	13,7	15,8	17,1	18,1				17,6		19,7	21,7	22,0	21,5	25,0		
Participação da Dívida Externa Líquida	3,9			6,1	12,0	11,9	13,4	14,2				13,2		19,1	19,8	17,1	14,9	19,7		

Singapura

Taiwan

Serviço da Dívida Bruta	44	156	316	172	389	322	377	406	711	138	176	250	188	556	360	624	639	855
Serviço da Dívida Líquida	39	60	179	67	207	111	169	133	328	98	130	139	122	92	211	470	447	479
Exportações de Bens	1.755	2.181	3.610	2.515	5.785	5.377	6.586	8.242	10.134	1.398	2.914	4.375	3.095	5.518	5.302	8.156	9.349	12.644
Participação do Serviço da Dívida Bruta	2,5	7,2	8,8	6,8	6,7	6,0	5,7	4,9	7,0	6,9	6,0	5,7	6,1	4,6	6,8	7,7	7,0	6,8
Participação do Serviço da Dívida Líquida	2,2	2,8	5,0	2,7	3,6	2,1	2,6	1,6	3,2	4,9	4,5	3,2	4,0	1,7	4,0	5,8	4,8	3,8
Dívida Externa Bruta			459		558	600	772	1.089	1.120			1.281		1.595	2.232	3.030	3.521	3.903
Dívida Externa Líquida			1.827		2.254	2.407	2.592	2.769	4.183			158		346	1.083	1.420	2.074	2.394
Produto Nacional Bruto	2.739	3.209	3.986	3.211	4.304	5.028	5.620	6.478	7.587	8.793	10.250	12.138	10.394	13.301	15.033	17.636	20.266	24.527
Participação da Dívida Externa Bruta			12,5		13,0	11,9	13,7	16,8	14,7			10,6		11,5	15,0	17,2	17,4	15,9
Participação da Dívida Externa Líquida			49,6		52,4	47,9	46,1	42,7	55,1			1,3		2,6	7,2	8,1	10,2	9,8

FONTES: Exportações, pagamentos e receitas de juros: Tabelas 1 e 2; amortização, estoque de reservas: FMI, *International Financial Statistics*, vários números; FNB a preços correntes: banco de dados do Banco Mundial; dívida externa bruta: National Foreign Assessment Center, Non-OPEC LDC's; External Debt Positions (Washington, D.C., janeiro de 1980); e dívida externa bruta de Israel: Bank of Israel.

NOTA: A dívida externa bruta inclui a dívida pública e privada; as reservas líquidas são definidas como a soma dos estoques de divisas, as reservas de ouro ao valor fixado pelas autoridades nacionais, os estoques de reservas com o FMI, menos o uso dos créditos do Fundo.

TABELA 7

Composição da despesa nacional, relações incrementais capital/produto e taxas de crescimento

	1964/73	1971/73	1974/76	1977/79	1974/79	1964/73	1971/73	1974/76	1977/79	1974/79	1974/79
Argentina ^a											
Composição da Despesa Nacional (a Preços Correntes)											
Consumo Privado	65,5	52,5	48,6	45,4	47,4	71,4	67,8	67,2	68,5	67,9	67,9
Consumo Público	13,7	22,9	28,5	27,4	28,1	10,6	9,6	9,3	9,5	9,3	9,3
Consumo Total	79,2	75,5	77,2	72,8	75,5	82,0	77,4	76,6	77,9	77,2	77,2
Investimento Fixo Bruto Doméstico	20,3	24,0	22,7	27,4	24,5	18,0	22,6	23,4	22,1	22,8	22,8
Variáveis de Estoques	0,5	0,5	0,1	0,2	0,0	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Investimento Doméstico Bruto	20,8	24,5	22,8	27,2	24,5	18,0	22,6	23,4	22,1	22,8	22,8
Relações Incrementais Capital/Produto	4,3	5,5	20,4	9,9	13,0	2,3	1,7	3,1	4,3	3,6	3,6
Taxas de Crescimento (a Preços Constantes)											
Produto Nacional Bruto	4,7	4,8	0,9	1,9	1,2	8,0	13,1	7,3	5,3	6,3	6,3
População	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	2,9	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8
PNB <i>Per Capita</i>	3,3	3,5	-0,4	0,6	-0,1	5,2	9,2	4,5	2,4	3,4	3,4
Chile											
Composição da Despesa Nacional (a Preços Correntes)											
Consumo Privado	73,6	73,5	78,5	77,6	78,2	73,2	72,3	72,3	68,9	70,6	70,6
Consumo Público	12,3	14,1	13,2	12,4	12,8	7,2	8,1	7,2	7,1	7,2	7,2
Consumo Total	86,0	87,6	91,6	89,9	90,9	80,4	80,3	79,5	76,0	77,8	77,8
Investimento Fixo Bruto Doméstico	14,0	12,4	10,4	10,1	9,1	18,0	18,7	18,9	20,5	19,7	19,7
Variáveis de Estoques	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	1,6	1	2,6	3,5	3,0	3,0
Investimento Doméstico Bruto	14,0	12,4	10,4	10,1	9,1	19,6	19,7	20,5	24,0	22,2	22,2
Relações Incrementais Capital/Produto	6,2	6,7	-15,3	1,2	2,8	3,6	2,8	3,8	2,9	3,2	3,2
Taxas de Crescimento (a Preços Constantes)											
Produto Nacional Bruto	3,7	1,6	-2,4	9,0	3,6	5,6	7,0	4,6	6,6	5,5	5,5
População	1,9	1,7	1,7	1,7	1,7	2,7	2,3	2,3	2,2	2,3	2,3
PNB <i>Per Capita</i>	1,8	0,1	-4,1	7,3	1,9	2,9	4,7	2,3	4,4	3,2	3,2
Colômbia											

	México					Uruguai				
	72,3	72,1	64,5	64,9	75,5	73,5	73,6	73,3	73,4	
Composição da Despesa Nacional (a Preços Correntes)										
Consumo Privado	7,8	8,5	11,6	11,0	13,7	14,2	14,2	12,6	13,5	
Consumo Público	80,1	80,6	75,7	75,9	80,2	87,7	87,7	85,9	87,0	
Consumo Total	19,9	19,0	21,3	21,3	10,8	10,0	12,1	14,2	12,9	
Investimento Fixo Bruto Doméstico	n.d.	0,4	2,9	2,9	n.d.	2,3	0,2	-0,1	0,1	
Variáveis de Estoques	19,9	19,4	24,3	24,1	10,8	12,3	14,1	14,1	13,0	
Investimento Doméstico Bruto	3,1	3,0	3,8	4,1	9,6	-11,0	3,6	3,3	3,4	
Relações Incrementais Capital/Produto										
Taxas de Crescimento (a Preços Constantes)										
Produto Nacional Bruto	6,4	6,0	5,8	4,2	1,2	1,5	3,3	5,0	3,9	
População	3,2	3,2	3,3	3,3	0,8	0,2	0,2	0,7	0,5	
PNB <i>Per Capita</i>	3,2	2,7	2,5	0,9	0,4	-1,6	3,1	4,3	3,4	
Índia										
Composição da Despesa Nacional (a Preços Correntes)										
Consumo Privado	73,1	72,7	69,6	68,8	52,8	45,6	45,7	49,7	47,5	
Consumo Público	9,2	9,4	9,4	9,5	24,4	28,5	31,3	29,5	30,5	
Consumo Total	82,3	82,1	78,9	78,4	77,2	74,0	77,1	79,1	78,1	
Investimento Fixo Bruto Doméstico	17,7	15,3	17,0	18,2	22,8	24,8	21,9	19,5	20,8	
Variáveis de Estoques	n.d.	2,6	4,2	3,5	n.d.	1,3	1,0	1,4	1,2	
Investimento Doméstico Bruto	17,7	17,9	21,1	21,6	22,8	26,0	22,9	20,9	21,9	
Relações Incrementais Capital/Produto	5,8	8,9	4,4	4,9	2,7	3,3	11,0	7,1	8,8	
Taxas de Crescimento (a Preços Constantes)										
Produto Nacional Bruto	2,4	1,5	4,2	4,3	8,2	8,9	2,6	3,3	2,3	
População	2,3	2,1	2,0	2,0	3,1	3,2	2,5	2,2	2,3	
PNB <i>Per Capita</i>	1,1	0,6	2,2	2,3	3,1	3,7	0,1	1,2	0,0	

(Continua)

	1964/73	1971/73	1974/76	1977/79	1974/79	1974/76	1977/79	1974/76	1977/79	1974/79
Ingestávia										
Composição da Despesa Nacional (a Preços Correntes)										
Consumo Privado	53,2	55,5	53,6	50,0	52,2	69,8	67,2	63,3	59,1	61,2
Consumo Público	16,9	15,9	16,6	16,6	16,6	9,2	9,8	10,0	10,9	10,4
Consumo Total	70,1	71,4	70,2	66,6	68,7	79,0	77,0	73,2	70,1	71,6
Investimento Fixo Bruto Doméstico	29,9	26,7	27,7	31,4	29,9	19,4	21,2	23,6	28,0	25,7
Variáveis de Estoques	n.d.	1,9	2,3	2,2	2,2	1,6	1,8	3,2	1,9	2,6
Investimento Doméstico Bruto	29,9	28,6	29,8	33,4	31,3	21,0	23,0	26,8	29,9	28,4
Relações Incrementais Capital/Produto	5,3	5,9	4,3	4,4	4,4	2,1	3,4	2,7	3,1	2,9
Taxas de Crescimento (a Preços Constantes)										
Produto Nacional Bruto	6,2	5,8	5,1	6,5	5,7	9,1	8,9	8,9	10,1	10,1
População	1,0	1,0	0,9	0,9	0,9	2,2	2,0	1,9	1,8	1,9
PNB <i>Per Capita</i>	5,2	4,9	4,2	5,6	4,7	6,9	6,8	7,0	8,3	8,3
Singapura										
Composição da Despesa Nacional (a Preços Correntes)										
Consumo Privado	68,9	55,4	54,9	56,6	55,7	57,9	54,6	52,9	52,6	52,8
Consumo Público	10,8	10,2	9,4	10,1	9,7	17,3	16,9	14,5	16,2	15,3
Consumo Total	79,7	65,6	64,3	66,8	65,5	75,4	71,5	67,3	68,9	68,1
Investimento Fixo Bruto Doméstico	20,3	30,9	32,1	31,4	31,7	24,6	25,3	28,6	27,9	28,2
Variáveis de Estoques	n.d.	3,4	3,6	1,9	2,7	n.d.	3,4	4,2	3,3	3,8
Investimento Doméstico Bruto	20,3	34,4	35,7	33,2	34,5	24,6	28,5	32,7	31,1	31,9
Relações Incrementais Capital/Produto	1,8	2,6	5,5	3,4	4,2	2,5	1,8	4,1	2,7	3,2
Taxas de Crescimento (a Preços Constantes)										
Produto Nacional Bruto	10,5	10,4	6,3	8,8	7,5	9,6	11,2	4,4	9,6	7,6
População	1,9	1,7	1,5	1,1	1,3	2,3	2,1	1,9	1,9	2,0
PNB <i>Per Capita</i>	8,6	8,6	4,8	7,6	6,1	7,3	9,1	2,5	7,7	5,5
Taitiwaia										

FONTE: Banco de dados do Banco Mundial.

NOTAS: 1) As relações incrementais capital/produto foram calculadas supondo um lapso de um ano entre investimento e produção; a relação para 1971/73, por exemplo, é derivada dividindo a soma da formação bruta de capital fixo para 1970, 1971 e 1972 pelo incremento do PNB de 1970 a 1973, ambos medidos em preços constantes.

2) As taxas de crescimento foram calculadas por uma análise de regressão do ano precedente ao indicado.

3) Dados sobre a composição da despesa não-disponíveis para 1979.

em 1973 e 1977. A redução conseqüente da proteção contra importações parece ter sido maior que a redução dos subsídios às exportações, que se deu com a eliminação dos benefícios tributários sobre rendas derivadas da produção para a exportação. Adicionalmente, foram estabelecidas novas facilidades de créditos a médio e longo prazos para a exportação.⁹

A liberalização das importações ocorreu mais rapidamente em Taiwan do que na Coréia, embora as reduções alfandegárias fossem menores. Singapura, por sua vez, encontrava-se quase sem restrições à importação, e suas já baixas taxas alfandegárias foram reduzidas mais ainda. Tanto Singapura como Taiwan instituíram novas facilidades de crédito a médio e longo prazos para a exportação.

Por outro lado, os três países apresentam diferenças nas políticas macroeconômicas aplicadas e na trajetória da taxa de câmbio real. A Coréia aumentou sua dependência do endividamento externo para superar os efeitos adversos dos choques externos sofridos em 1974. Simultaneamente, assegurou que a entrada incremental de capitais fosse investida em vez de consumida com o fornecimento de incentivos ao investimento, a redução do *deficit* estatal e o restabelecimento de taxas de juros reais positivas. Estas medidas contribuíram para aumentar de 23% em 1971/73 para 27% em 1974/76 a proporção do investimento na despesa agregada.

Com o rápido aumento do investimento, a Coréia expandiu sua produção tanto para a exportação como para o mercado doméstico. Não obstante a valorização da taxa de câmbio frente ao dólar norte-americano em relação a seu nível subvalorizado de "1972", a soma dos aumentos das exportações e da substituição de importações compensou os efeitos adversos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos coreano em 1975, eliminando a necessidade de financiamento externo líquido adicional.

Em seguida à liberalização das importações, a expansão das exportações assumiu importância crescente em relação à substituição de

⁹ Os exportadores seguiram beneficiando-se da entrada livre de impostos destes insumos. Enquanto oficialmente o sistema de isenção prévia para os insumos importados foi transformado num sistema de reembolso de direitos aduaneiros, na prática o reembolso dos pagamentos não foi feito.

importações, e a combinação dos dois efeitos chegou a ser quatro vezes superior aos efeitos adversos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos em 1977. Embora as maiores taxas de crescimento do PNB agregassem US\$ 1 bilhão adicionais à conta de importações, e a Coreia ainda sofresse os efeitos dos choques externos adversos, o financiamento externo líquido adicional chegou, em consequência, a US\$ — 3,3 bilhões.

O aumento da participação do investimento na despesa agregada de 27% em 1974/76 para 30% em 1977/79 contribuiu de maneira importante para a aceleração do crescimento econômico na Coreia. Não obstante o maior esforço em matéria de investimentos, a participação das exportações, contudo, deixou de crescer, e houve substituição negativa de importações em 1978, devido principalmente à contínua valorização da taxa de câmbio real e às medidas domésticas expansionistas que mantiveram elevadas as taxas de crescimento econômico ao preço de um aumento nas pressões inflacionárias.¹⁰ Estas influências, mais uma política de créditos favorável aos investimentos capital-intensivos de grande escala na produção de bens intermediários, levaram a uma queda no volume de exportações em 1979.

O financiamento externo líquido adicional foi quase equiparado ao valor tendencial do hiato de recursos em 1977,¹¹ de maneira que o financiamento externo líquido efetivo foi praticamente zero. Com uma situação comercial desfavorável, o financiamento externo líquido chegou a US\$ 0,7 bilhão em 1978, com um financiamento externo total de US\$ 1,7 bilhão. A participação do serviço da dívida bruta (pagamentos de juros e amortizações como porcentagem do valor da exportação de bens) aumentou de 17% em 1973

¹⁰ A taxa de câmbio real frente ao dólar norte-americano encontrava-se a 84% de seu nível de "1972" em 1977 e a 81% em 1978, anos em que o valor real da oferta de moeda elevou-se em 29 e 12%, respectivamente.

¹¹ O elevado valor do hiato de recursos reflete o fato de que o *deficit* comercial de "1972" teria aumentado ao continuarem as tendências das exportações e importações registradas na década anterior.

para 20% em 1978, enquanto a razão entre a dívida externa (bruta) e o PNB subiu de 18 para 25%.¹²

Taiwan deixou que sua taxa de câmbio real se valorizasse em 23% em 1974, comparada ao nível de "1972", diminuindo a sua participação nos mercados externos e criando uma substituição negativa de importações. Estas variações desfavoráveis no fluxo comercial agravaram os efeitos sobre o crescimento econômico das medidas antiinflacionárias, acarretando uma redução do valor real da oferta de moeda de 24% em 1974. Como resultado, o crescimento econômico quase parou, enquanto o aumento de 41% nos preços por atacado foi seguido por uma queda de 5% em 1975.

A economia nas importações, associada à queda da taxa de crescimento econômico, não superou totalmente os efeitos adversos sobre o balanço de pagamentos da restrição de sua participação em mercados externos e da substituição negativa de importações em 1974. Portanto, as necessidades de financiamento externo líquido adicional de Taiwan excederam os efeitos negativos dos choques externos, exigindo um amplo endividamento externo. A situação mudou nos anos seguintes, quando a aplicação das políticas incentivou novos investimentos e favoreceu a posição competitiva de Taiwan.

Em primeiro lugar, as taxas de juros reais subiram a 19% em 1975, quando diminuíram os preços atacadistas, e ficou na faixa de 7-9% nos anos seguintes. Maiores incentivos ao investimento também foram outorgados através de emendas ao Estatuto do Incentivo ao Investimento, e houve um *superavit* no orçamento estatal. Por último, a taxa de câmbio real foi desvalorizada de ano em ano, superando o nível de 1973 e aproximando-se da média de "1972", no final do período.

Em consequência, a participação do investimento doméstico bruto na despesa agregada aumentou de 28% em 1971/73 para

¹² A Tabela 6 oferece informações sobre a participação do serviço líquido da dívida, derivada pelo desconto da receita de juros das obrigações do serviço da dívida, e sobre a participação da dívida externa líquida, obtida pelo ajuste da dívida externa bruta em função do valor líquido de reservas. Referir-se-á a estas percentagens nos casos em que elas apresentarem resultados substancialmente distintos aos das razões brutas.

33% em 1974/76, caindo para 31% em 1977/79, devido principalmente à diminuição na taxa de acumulação de estoques. A alta da taxa de investimento e as melhorias na sua posição competitiva contribuíram, por sua vez, para os aumentos na participação das exportações e na substituição de importações em Taiwan. Simultaneamente, em combinação com a liberalização da política de importação, a promoção da exportação assumiu maior importância frente à substituição de importações.

Estas influências contribuíram para a aceleração do crescimento econômico em Taiwan, que teve seu produto nacional bruto aumentado a uma taxa anual média de 10% depois de 1975, após dois anos de estagnação. Contudo, devido à estagnação anterior, Taiwan ainda continuou a realizar economias nas importações. Em suma, o impacto sobre o balanço de pagamentos das políticas domésticas referentes às exportações, à substituição de importações e à taxa de crescimento econômico foi superior em mais de cinco vezes aos efeitos adversos dos choques externos em 1978.

Em consequência, o financiamento externo líquido adicional tornou-se crescentemente negativo, atingindo US\$ — 3,0 bilhões em 1978. Ajustado pelo valor tendencial do hiato de recursos, o financiamento externo líquido efetivo foi de US\$ — 1,9 bilhão, enquanto o financiamento externo total chegou a US\$ — 1,4 bilhão em grande medida devido ao serviço da dívida externa. No mesmo ano, a participação do serviço bruto da dívida foi de 7%, apenas superando a participação de 6% em 1973, enquanto a participação da dívida externa bruta foi de 16%, comparada aos 11% em 1973.

A taxa de câmbio real em Singapura caiu 20% entre “1972” e 1974 e aumentou apenas ligeiramente em 1975. Enquanto as exportações seguiram beneficiadas por subsídios, as reduções alfandegárias agravaram os efeitos da valorização da taxa de câmbio real, acarretando uma substituição negativa de importações e uma desaceleração do crescimento econômico. O crescimento ainda foi retido por políticas antiinflacionárias, embora muito menos abrangentes que em Taiwan, e o valor real da oferta de moeda diminuiu 11% em 1974.

Nos anos de 1974 e 1975, considerados em conjunto, a soma dos efeitos das políticas econômicas domésticas sobre o balanço de pagamentos aumentou ligeiramente os efeitos adversos dos choques externos em Singapura, elevando assim as necessidades de financiamento externo. O financiamento tomou a forma de uma aceleração do crescimento do investimento direto estrangeiro e da entrada clandestina de capital em carteira, que aparece no item de erros e omissões. A estabilidade política de Singapura atraiu os investidores estrangeiros, e o investimento direto ainda foi encorajado por um aumento de incentivos, com a extensão de cinco para 10 anos do prazo de isenção tributária para indústrias pioneiras e o estabelecimento do Esquema de Assistência ao Capital, para fornecer capital às indústrias intensivas em mão-de-obra qualificada. Simultaneamente, a entrada de capital estrangeiro permitiu manter o investimento bruto acima de 1/3 da despesa agregada.

A taxa de câmbio real desvalorizou-se nos anos seguintes, ultrapassando em 10% o nível de 1973, embora ainda 10% aquém da média de "1972". Os progressos na posição competitiva de Singapura expressaram-se numa crescente participação das exportações, enquanto houve uma continuação da substituição negativa de importações durante o período em estudo, em consequência de maiores reduções alfandegárias. Com os efeitos da promoção das exportações superiores aos da substituição negativa de importações, e com a manutenção de uma alta taxa de investimento, a taxa de crescimento econômico foi acelerada. Mas Singapura ainda economizava nas exportações, devido ao declínio da taxa de crescimento no começo do período.

Devido aos efeitos positivos resultantes das políticas econômicas domésticas sobre o balanço de pagamentos, as necessidades de financiamento externo líquido adicional foram consideravelmente menores que os efeitos no balanço de pagamentos dos choques externos. Com um reduzido valor tendencial do hiato de recursos, o financiamento externo líquido efetivo foi de US\$ 0,7 bilhão, enquanto os pagamentos de juros e dividendos elevaram o financiamento externo total a US\$ 1,2 bilhão. Boa parte do financiamento externo continuou a realizar-se na forma de investimentos diretos, e a participação do serviço bruto da dívida caiu de 9% em 1973

para 7% em 1978. Enquanto a participação no PNB da dívida externa bruta aumentou de 13 para 15%, as reservas líquidas de Singapura continuaram três vezes superiores à dívida externa bruta.

5.2 — Argentina, Brasil, Colômbia e México

Em 1974, os efeitos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos foi igual a 4% do PNB no Brasil, 1% no México e na Colômbia e praticamente zero na Argentina. Depois de aumentos em 1975, quando as variações adversas dos termos de troca reforçaram o impacto da recessão mundial, estas percentagens diminuíram até 1977, com uma pequena deterioração em 1978, salvo no caso da Argentina. As percentagens para 1978 foram: Brasil, 2%; México, 1%; Argentina, -1%; e Colômbia, -2%.

Os quatro países latino-americanos não deram continuação às reformas que visavam a uma maior orientação para fora durante este período. O Brasil e a Colômbia, aliás, aumentaram a discriminação contra as exportações, com maior proteção contra importações e menores subsídios às exportações, respectivamente. A Colômbia ainda deixou valorizar-se cada vez mais sua taxa de câmbio real frente ao dólar norte-americano. No começo do período, a taxa de câmbio também foi supervalorizada na Argentina e no México, havendo no entanto pouca variação na relação entre incentivos às exportações e à substituição de importações nos dois países.

Simultaneamente, houve diferenças entre os países do segundo grupo em relação às políticas macroeconômicas que aplicaram. No Brasil, a resposta imediata aos choques externos foi a de aumentar o endividamento externo, a fim de manter a alta taxa de crescimento econômico. Nos dois anos de 1974 e 1975, a deterioração do balanço de pagamentos resultante dos choques externos foi completamente financiada desde o exterior; o aumento da participação em mercados externos foi compensado pela elevação das importações correspondentes às maiores taxas de crescimento do PNB; e a substituição de importações foi praticamente zero.

Além de permitir que o consumo doméstico continuasse em elevação, os montantes emprestados foram empregados para financiar grandes investimentos em infra-estrutura e em indústrias altamente capital-intensivas produtoras de bens intermediários para o mercado interno. Os investimentos privados nas indústrias mecânicas, por sua vez, foram promovidos através da aplicação crescente de preferências creditícias, enquanto as taxas de juros reais tornaram-se negativas.

As medidas que visavam à contenção das importações incluíam aumentos alfandegários, exigências de depósito prévio e restrições às importações. Não obstante a introdução de alguns novos incentivos à exportação, o efeito resultante do conjunto de medidas foi um aumento da discriminação contra as exportações e o favorecimento da substituição de importações. Simultaneamente, o valor real do cruzeiro em termos do dólar norte-americano variou relativamente pouco.

A aplicação destas medidas acarretou uma considerável substituição de importações, que chegou a superar todos os efeitos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos após 1976, quando o financiamento externo líquido adicional tornou-se negativo. Este resultado, no entanto, deve ser avaliado à luz do elevado peso dos pagamentos de juros e dividendos, que subiram de US\$ 1 bilhão em "1972" para US\$ 2 bilhões em 1974, aproximando-se de US\$ 3 bilhões em 1976 e quase US\$ 5 bilhões em 1978, elevando as necessidades totais de financiamento externo para US\$ 7,6 bilhões.

Com a amortização de empréstimos externos fazendo pesar cada vez mais o serviço da dívida externa, a participação do serviço da dívida bruta subiu de 43% em 1973 para 68% em 1978, ao passo que a participação da dívida externa bruta aumentou de 14 para 24%. Por sua vez, a taxa de crescimento do PNB diminuiu após 1976, refletindo os efeitos de investimentos nas indústrias capital-intensivas, a queda na taxa de poupança interna decorrente da manutenção de taxas de juros negativas, as distorções produzidas pela crescente inflação provocada por políticas expansionistas e as políticas antiinflacionárias aplicadas entre meados de 1977 e meados de 1978.

No México, o financiamento externo líquido adicional excedeu largamente os efeitos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos ao longo do período em consideração. Os resultados da economia nas importações, associados às taxas inferiores de crescimento do PNB, não chegaram a compensar a deterioração do balanço de pagamentos provocada por perdas de parcelas de mercados externos e pela substituição negativa de importações.

A diminuição de parcelas de mercados externos e a substituição negativa de importações demonstram os efeitos diretos e indiretos das políticas expansionistas seguidas pelo Governo Echeverría após 1972. Estas políticas acarretaram uma rápida elevação de despesas governamentais, sem um aumento correspondente de receitas. Em consequência, o *deficit* orçamentário cresceu de 1% do PNB em 1971 para 4% em 1974 e ficou entre 3 e 4% do PNB nos dois anos seguintes.

O *deficit* orçamentário foi financiado por emissões¹³ e por endividamento no exterior. As emissões provocaram uma rápida inflação, e a deterioração da competitividade do México não foi totalmente revelada pelas taxas de câmbio reais calculadas em referência a preços relativos. Isto porque, na economia relativamente aberta do México, os aumentos de salários não puderam ser totalmente transferidos aos preços.

O declínio da competitividade do México não foi compensado por uma desvalorização até setembro de 1976. A desvalorização mais as políticas monetárias restritivas adotadas pelo Governo Lopez Portillo em 1977, com uma contração de 11% na oferta real de moeda, levaram a uma redução na participação das importações. À parte o aumento das exportações de combustíveis, no entanto, houve pouca melhoria no desempenho das exportações, já que a abolição de subsídios às exportações basicamente compensou os efeitos da desvalorização.

Em 1978, novamente foram adotadas políticas expansionistas, quando o valor real da oferta de moeda aumentou em 13% e o *deficit* orçamentário aproximava-se dos 5% do PNB. Pressionada

¹³ Afora um pequeno declínio em 1974, o valor real da oferta de moeda cresceu a taxas situadas entre 4 e 15% de 1971 a 1976.

a capacidade doméstica e valorizada a taxa de câmbio real, o grau de substituição negativa de importações aumentou consideravelmente em 1978. Este aumento foi só parcialmente compensado pela elevação das exportações de petróleo e pela expansão da parcela dos mercados de exportação de manufaturados, que refletiam os efeitos da readoção de subsídios à exportação.

Em consequência destas variações, as necessidades mexicanas de financiamento externo líquido adicional aumentaram novamente em 1978. Este aumento foi em grande medida compensado pela elevação das receitas de turismo e das transferências privadas, de maneira que o financiamento externo líquido efetivo foi praticamente zero em 1978. Porém, o pagamento de juros pela dívida contraída após 1971 e, em menor grau, o pagamento de dividendos levaram a um financiamento externo total de US\$ 3,0 bilhões, coberto principalmente por endividamento externo adicional.

A continuação do endividamento externo elevou a participação da dívida externa bruta mexicana de 16% em 1973 para 36% em 1978, período em que a participação do serviço bruto da dívida cresceu de 67 para 113%. Se bem que a inclusão da receita de turismo às exportações de bens diminuiria esta última razão para 72%, a receita de turismo no México é em grande medida compensada pelas despesas de turistas mexicanos no exterior.

Na Colômbia, os efeitos adversos dos choques externos foram agravados pela substituição negativa de exportações em 1974, enquanto a taxa real de câmbio foi valorizada em 4% em relação à média de "1972". No ano seguinte, porém, a participação das importações diminuiu em resposta às políticas antiinflacionárias, e o valor real da oferta de moeda caiu 13% em 1974 e 4% em 1975. A Colômbia também realizou um aumento de sua participação nos mercados de exportação em 1975, devido à liberação de café dos estoques com a alta do preço no final do ano.

Com o rápido aumento do preço do café, os efeitos dos choques sobre o balanço de pagamentos tornaram-se positivos em 1976, mais positivos ainda em 1977 e um pouco menos em 1978. As oportunidades fornecidas pela melhoria no balanço de pagamentos não foram aproveitadas, no entanto, para acelerar a taxa de crescimento

econômico na Colômbia. Ao contrário, as políticas aplicadas afetaram negativamente a competitividade do setor não-cafeeiro.

Para começar, as autoridades limitaram a taxa de minidesvalorizações da taxa de câmbio, apesar da aceleração da inflação produzida pelo aumento da oferta de moeda quando as medidas creditícias adotadas não puderam compensar os efeitos do aumento das reservas de divisas sobre os estoques domésticos de dinheiro.¹⁴ Sem variações em 1975, a taxa de câmbio real foi valorizada frente ao dólar norte-americano em 5% em 1976, 11% em 1977 e 2% em 1978, deixando-o 20% abaixo do nível de "1972".

Os efeitos adversos sobre as exportações e a valorização da taxa de câmbio foram exacerbados pelas reduções nos subsídios, enquanto foram aplicadas medidas apenas modestas de liberalização das importações. Com esta maior discriminação contra as exportações, a participação da Colômbia nos mercados de exportação de manufaturados diminuiu quase à metade. Além disso, as exportações de combustíveis cederam cada vez mais lugar às importações, refletindo os efeitos das políticas aplicadas em anos anteriores que foram prejudiciais a novas explorações. Simultaneamente, houve pouca variação entre as exportações primárias, tradicionais e não-tradicionais, salvo que as liberações de estoques aumentaram o volume das exportações de café novamente em 1978.

A valorização da taxa de câmbio real levou adicionalmente à substituição negativa de importações a partir de 1975. Os efeitos adversos sobre o balanço de pagamentos da deterioração da participação das exportações e da substituição negativa de importações superaram os efeitos favoráveis dos choques externos nos anos de 1976/78, na média, e a manutenção das taxas anteriores de crescimento do PNB não teve efeitos diferenciais sobre as importações.

Concomitantemente, o financiamento externo líquido adicional foi praticamente zero na Colômbia ao longo do período 1976/78. Devido em grande medida ao contrabando, incluído entre os serviços de não-fatores, houve no entanto um *superavit* no hiato efetivo de recursos, que foi só parcialmente compensado pelos pagamentos de juros e dividendos. Com a continuação do endividamento externo,

¹⁴ A oferta de moeda cresceu 10% em 1976, 3% em 1977 e 6% em 1978, em termos reais.

a Colômbia acumulou quase US\$ 2 bilhões em reservas de 1975 a 1978, reduzindo a participação da dívida externa líquida de 13 para 4%. No mesmo período, a participação da dívida externa bruta caiu de 17 para 15%, enquanto a participação do serviço da dívida bruta diminuiu de 32 para 18% (houve pouca variação nestas percentagens de 1973 a 1975).

Na Argentina, predominaram os choques internos durante o período em consideração. Em consequência das políticas monetária e fiscal expansionistas aplicadas, o valor real da oferta de moeda cresceu 33% em 1973 e 46% em 1974, enquanto o *deficit* orçamentário aumentou de 2 a 3% do PNB no começo da década de 70 para 5% em 1973 e 6% em 1974. O governo tentou compensar os efeitos inflacionários dessas políticas sobre o balanço comercial com sucessivas desvalorizações, mas só conseguiu acelerar a espiral salários-preços, já que os sindicatos e outros grupos de interesse puderam manter, e até aumentar, suas rendas reais. Correspondentemente, a taxa de câmbio real valorizou-se em 14% em 1973 e 6% em 1974 (nesse ano encontrava-se 12% abaixo do nível de "1972").

Sucessivas desvalorizações em 1975 foram acompanhadas de controles de preços e salários, produzindo uma desvalorização da taxa de câmbio real naquele ano. No entanto, esta tendência foi temporária e tanto preços como salários voltaram a subir com novo vigor ao caírem os controles. O aumento para 12% do PNB da participação do *deficit* orçamentário estatal em 1975 alimentou ainda mais a inflação, e o índice de preços subiu a uma taxa média anual de 300% entre os últimos trimestres de 1974 e 1975, aproximando-se de 1.000% no começo de 1976.

Esta inflação acelerada causou um deslocamento considerável, produzindo uma queda do PNB em 1975 e, novamente, no primeiro trimestre de 1976. Com a deterioração de sua parcela dos mercados de exportações exacerbando os efeitos dos choques externos, a Argentina também sofreu grandes perdas de reservas, causando preocupações entre seus credores. O novo governo, que assumiu o poder em março de 1976, tentou remediar a situação com um pacote de políticas que incluíam medidas monetárias antiinflacionárias, au-

mentos da taxa de juros, redução do *deficit* orçamentário estatal, controles de salários e desvalorizações acompanhadas de reduções das tarifas sobre exportações primárias tradicionais.

As reduções das tarifas sobre exportações e a desvalorização da taxa de câmbio real, resultante da duplicação da taxa peso-dólar no último trimestre de 1976, apenas se fizeram sentir plenamente sobre as exportações em 1977. Porém, o governo não pôde conter os salários, e seguiu com um *deficit* orçamentário, embora a uma taxa reduzida. Após uma "trégua de preços" de quatro meses, em que participaram as maiores firmas industriais, os preços responderam ao crescente custo de mão-de-obra. Embora não se voltasse a conhecer as taxas anteriores de inflação, os preços por atacado subiram a uma taxa média anual de 150%, tanto em 1977 como em 1978.

As distorções ocasionadas pelas elevadas taxas de inflação contribuíram para a queda do PNB em 1978, diminuindo assim as necessidades de importações. Com menos pressão sobre a capacidade doméstica, a participação das importações também diminuiu, mas este efeito foi compensado por uma queda na participação das exportações com uma nova valorização da taxa de câmbio real. A Argentina beneficiou-se de choques externos favoráveis na forma da melhoria de seus termos de troca e do aumento da demanda externa de suas exportações tradicionais. Como resultado destas influências, o financiamento externo líquido adicional tornou-se cada vez mais negativo. O valor tendencial negativo do hiato de recursos, refletindo a suposição de que os *superavits* comerciais teriam continuado, fez o financiamento externo líquido efetivo ainda mais negativo, produzindo uma considerável acumulação de reservas e permitindo o reembolso dos empréstimos.

O reembolso dos empréstimos explica a alta participação do serviço bruto da dívida em 1978 (49%), que seguiu o declínio do máximo alcançado em 1975 (34%) para 23% em 1977, quando se igualou à cifra para 1973. A participação da dívida externa bruta, por sua vez, aumentou de 7% em 1973 para 10% em 1978, enquanto a participação da dívida externa líquida diminuiu de 5 para 3%, refletindo a acumulação de reservas.

A acumulação de reservas facilitou a tarefa do governo de introduzir um novo programa econômico, o que foi realizado no final de dezembro de 1978, acarretando uma desaceleração nos aumentos de salários, preços das utilidades públicas, emissões, e a desvalorização da taxa de câmbio, junto à abertura dos mercados de capitais a transações estrangeiras e um plano quinquenal de redução alfandegária. O efeito deste programa, no entanto, não se fizera sentir antes do final de 1979.

5.3 — Israel e Iugoslávia

Em 1974, a soma dos efeitos de choques externos sobre o balanço de pagamentos correspondeu a 11% do PNB em Israel e 6% na Iugoslávia. Em ambos os países, os efeitos adversos desses choques aumentaram em 1975, diminuíram em 1976 e novamente aumentaram logo em seguida, chegando, em 1978 a 15% do PNB em Israel e 10% na Iugoslávia.

A economia israelense ainda sofreu o choque da guerra de Yom Kippur em 1973, em cuja seqüela as importações de equipamentos militares aumentaram de US\$ 0,5 bilhão em 1972 para US\$ 1,9 bilhão em 1975, quase a metade das importações não-militares daquele ano. As importações militares representaram cerca da metade das despesas totais de defesa, que foram equivalentes a 30% do produto nacional bruto em 1975.

Tanto Israel como Iugoslávia aumentaram seus níveis de proteção contra as importações, intensificando assim a discriminação contra as exportações, e deixaram que a taxa de câmbio real se valorizasse. Em Israel, a taxa de câmbio real frente ao dólar norte-americano diminuiu para 83% do nível de "1972" em 1974 e estabilizou-se 91% nos anos seguintes, enquanto na Iugoslávia houve uma valorização de 10%.

Israel também adotou políticas antiinflacionárias em resposta aos choques que sofreu. Após aumentos de 16% em 1972 e de 11% em 1973, o valor real da oferta de moeda caiu 22% em 1974 e 14% em 1975, diminuindo ainda 3% em 1976. Em seguida à cle-

vação de 13% do produto nacional bruto em 1972 para 29% em 1975, o *deficit* orçamentário estatal diminuiu para 24% em 1974 e 21% em 1975 e 1976.

As políticas aplicadas acarretaram perdas nas exportações, uma queda da taxa de investimento e a desaceleração do crescimento econômico. A participação nos mercados de exportação de Israel diminuiu 21% de "1972" a 1976; a participação do investimento nas despesas agregadas decaiu de 26% em 1971/73 para 23% em 1974/76; e a taxa de crescimento do PNB caiu de 8,2% em 1963/73 para 2,6% em 1973/76. Por sua vez, as taxas inferiores de crescimento do PNB acarretaram uma economia nas importações equivalente a 3% do total das importações em 1974, subindo a 11% em 1975 e 22% em 1976.

A economia nas importações permitiu a redução do financiamento externo líquido adicional de 13% do PNB em 1974 para 10% em 1975 e 4% em 1976. No entanto, o financiamento externo líquido efetivo foi substancialmente maior, devido ao aumento das importações militares que não foram incluídas nas cifras comerciais. Embora a metade do financiamento tenha tomado a forma de doações, a dívida externa bruta de Israel cresceu de US\$ 5,1 bilhões em 1973 para US\$ 9,0 bilhões em 1976, equivalente, nesse ano, a 70% do PNB.

Em resposta à desaceleração do crescimento econômico, adotou-se uma política monetária expansionista em 1977, produzindo um aumento da oferta nominal de moeda de 39% em 1977, depois de aumentos de 22% em 1975 e 27% em 1976. Com a indexação dos salários e outras rendas, a expansão monetária traduziu-se em preços maiores, de maneira que o valor real da oferta de moeda e a taxa de câmbio real não sofreram variações. Com taxas de câmbio reais constantes, não variou a relação percentual das exportações e das importações com o PNB, e este ficou estagnado.

Empreendeu-se uma substancial desvalorização no terceiro trimestre de 1977, seguida de novas desvalorizações em 1978, que resultaram na desvalorização de 17% da taxa de câmbio real, apenas parcialmente compensada pelas reduções nos subsídios às exportações e nas tarifas alfandegárias, com isso aumentando os incentivos às

exportações e às atividades substituidoras de importações. Os maiores incentivos, portanto, levaram a aumentos na participação nos mercados de exportação e à substituição de importações.

A conseqüente expansão da produção de bens comercializados contribuiu para o crescimento econômico em 1978, o que, no entanto, foi realizado às custas de uma aceleração da inflação, com um incremento do índice de preços por atacado de 53% em 1978, após aumentos de 35-40% nos anos anteriores. Adicionalmente, a incerteza gerada pela aceleração inflacionária levou a uma queda maior da taxa de investimento, e as distorções resultantes elevaram as relações incrementais capital/produto.

Com o produto nacional bruto permanecendo substancialmente abaixo do nível que teria alcançado se houvessem continuado as tendências anteriores, a economia nas importações igualou 40% das importações efetivas em 1978. O aumento da economia nas importações e a elevação da participação das exportações e da substituição de importações compensaram em grande parte os efeitos sobre o balanço de pagamentos dos choques adversos naquele ano. Porém, as importações militares cresceram em mais de 100% de 1977 a 1978, e o financiamento externo líquido efetivo elevou-se para US\$ 1,9 bilhão (o financiamento externo total para US\$ 2,8 bilhões) no ano. Além disso, o maior endividamento elevou a participação da dívida externa bruta de 54% em 1973 para 82% em 1978. A participação do serviço bruto da dívida, por sua vez, manteve-se abaixo de 40%, simplesmente porque Israel podia obter empréstimos a longo prazo dos Estados Unidos.

A Iugoslávia respondeu aos choques externos sofridos em 1974 com políticas monetárias antiinflacionárias que produziram uma queda de 4% no valor real da oferta de moeda em 1974, após aumentos de mais de 20% nos dois anos anteriores. Mas os choques externos não foram compensados pela desvalorização; ao contrário, a taxa de câmbio nominal valorizou-se frente ao dólar norte-americano e a taxa de câmbio real caiu 11%.

A valorização da taxa de câmbio real acarretou perdas de parcelas iugoslavas nos mercados de exportação e levou à substituição negativa de importações. O impacto adverso sobre o balanço de

pagamentos destas variações não foi totalmente compensado pela economia nas importações associada à queda da taxa de crescimento econômico que seguiu a aplicação das políticas antiinflacionárias. Em consequência, as necessidades de financiamento externo líquido adicional excederam os efeitos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos em 1974 e, apesar do incremento das remessas de trabalhadores, a Iugoslávia teve que tomar empréstimos de US\$ 1,0 bilhão para financiar seu hiato de recursos. As necessidades financeiras variaram pouco em 1975, quando a economia nas importações a uma taxa reduzida de crescimento do PNB e a baixa da participação das importações causada pela aplicação de restrições às importações compensaram aproximadamente o aumento dos efeitos adversos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos.

Em resposta à desaceleração do crescimento econômico, adotaram-se políticas expansionistas em 1976, que significaram um incremento de 51% no valor real da oferta de moeda. Estas políticas foram acompanhadas de restrições ainda maiores às importações. Como o declínio resultante na participação das importações e a diminuição dos efeitos adversos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos reduziram consideravelmente as necessidades de financiamento externo líquido adicional, a Iugoslávia pôde realizar uma acumulação de reservas em 1976.

Esta acumulação de reservas, contudo, foi temporária, e a Iugoslávia teve que obter empréstimos de US\$ 1,5 bilhão em 1977 e US\$ 1,3 bilhão em 1978, frente ao avanço dos efeitos adversos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos. Simultaneamente, a aceleração da taxa de crescimento econômico excluiu maiores economias nas importações, enquanto a substituição de importações acarretada pelas limitações à importação foi superada pela queda de suas parcelas de mercados de exportação. Estes declínios ocorreram num contexto de sobrevalorização da taxa de câmbio, maior discriminação contra as atividades exportadoras, expressa no protecionismo em relação às importações, e uma distribuição preferencial do crédito às indústrias substituidoras de importações.

Perderam-se parcelas de mercados de exportação tanto de bens primários tradicionais como de manufaturados. Nesta categoria, as

perdas concentraram-se nos mercados dos países desenvolvidos, onde a participação das exportações iugoslavas diminuiu 50% entre "1972" e 1978. Isto compara-se a um incremento da participação de suas exportações nos mercados das economias de planificação centralizada.

O mau desempenho iugoslavo nos mercados dos países desenvolvidos levou a um maior endividamento em moedas conversíveis. A participação da dívida externa bruta elevou-se de 8% em 1973 para 18% em 1978, ao passo que a participação do serviço da dívida bruta cresceu de 28 para 33%. Cresceu mais ainda a participação do serviço da dívida bruta quando comparado com as exportações de bens em termos apenas de moedas conversíveis, mas reduziu-se ao incluir, com as exportações de bens, as remessas de trabalhadores. Com estes ajustes, a participação do serviço da dívida bruta foi de 30% em 1978. Simultaneamente, uma porção substancial do endividamento externo dirigiu-se ao investimento, aumentando sua participação na despesa agregada de 29% em 1971/73 para 30% em 1974/76 e 33% em 1977/79.

5.4 — Índia, Chile e Uruguai

Entre os países que seguiram políticas orientadas para o mercado interno na década anterior, os efeitos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos totalizaram 2% do produto nacional bruto na Índia, 5% no Uruguai e quase zero no Chile em 1974. Na Índia, a razão aumentou em 1975, diminuiu em 1976 e 1977 e voltou aproximadamente ao nível de 1974 em 1978. Os efeitos adversos, contudo, foram mais que compensados pelo incremento das remessas de trabalhadores no Oriente Médio e pela receita de turismo.

Por outro lado, os efeitos adversos dos choques externos sobre os balanços de pagamentos do Chile e do Uruguai aumentaram sensivelmente. A razão entre estes efeitos e o PNB elevou-se a 10% em 1975 no Chile e, logo após um ligeiro declínio em 1976, aumentou mais nos anos seguintes, alcançando 13% em 1978. O incremento foi inferior no Uruguai, onde a percentagem oscilou entre 6 e 7%, sendo esta a cifra correspondente ao ano de 1978.

As experiências da Índia no tocante às políticas de incentivos também contrastam com as dos dois países latino-americanos. Enquanto não se fizeram mudanças substanciais no sistema de incentivos da Índia, o Chile e o Uruguai introduziram reformas de envergadura durante o período, o que implicou reduções substanciais da discriminação contra as exportações, aumentos nas taxas reais de câmbio e de juros, redução dos *deficits* orçamentários e valorização do papel das forças de mercado em geral.

Como resposta aos choques externos sofridos em 1974, a Índia adotou políticas antiinflacionárias, e houve uma queda de 14% no valor real da oferta de moeda naquele ano. A inflação, não obstante, ainda foi mais alta que a dos Estados Unidos, e não foi compensada por desvalorizações. A valorização da taxa de câmbio real frente ao dólar norte-americano contribuiu para as perdas de parcelas nos mercados de exportação e para a substituição negativa de importações, cujos efeitos adversos sobre o balanço de pagamentos foram apenas parcialmente compensados por economias nas importações decorrentes da queda da taxa de crescimento econômico, que, por sua vez, sofreu a aplicação de políticas antiinflacionárias. Como consequência, as necessidades de financiamento externo líquido adicional excederam por uma margem considerável os efeitos adversos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos.

Esta situação persistiu nos anos seguintes, salvo 1976, quando uma substancial desvalorização real levou à substituição de importações na Índia. Mas o hiato efetivo de recursos foi muito inferior, passando a representar um *superavit* de US\$ 1,4 bilhão em 1976 e US\$ 1,9 bilhão em 1977, devido em grande parte às remessas de trabalhadores e à receita de turismo. O *superavit* traduziu-se numa acumulação de reservas em 1976 (US\$ 2,2 bilhões) e, novamente, em 1977 (US\$ 2,4 bilhões), que prosseguiu a uma taxa ligeiramente inferior em 1978 (US\$ 1,7 bilhão). Embora os dados preliminares indiquem para esse ano uma queda do *superavit* do hiato de recursos na Índia para US\$ 0,4 bilhão, ela foi parcialmente compensada pelo aumento de doações oficiais. A acumulação de reservas reduziu a participação da dívida externa líquida de 16% em 1973 para 8% em 1978; ao mesmo tempo, a participação da dívida externa bruta diminuiu de 17 para 14% e a participação do serviço da dívida bruta de 27 para 15%.

As políticas conservadoras de acumulação de reservas não conduziram à aceleração do crescimento econômico. Contudo, as taxas de crescimento do PNB elevaram-se um pouco em relação ao período 1963/73, com um desempenho melhor da agricultura e um aumento da poupança doméstica em resposta à elevação das taxas de juros reais. Além disso, as medidas de liberalização comercial introduzidas no final do período trouxeram uma substituição negativa de importações.

A liberalização da importação, no entanto, limitou-se às importações não-competitivas, o que beneficiou particularmente a produção para o mercado doméstico, pela maior disponibilidade de insumos importados, enquanto que os exportadores já dispunham deste tipo de privilégios. A aplicação prática das medidas de promoção da exportação também continuou infestada de dificuldades administrativas, e os incentivos efetivamente outorgados distaram muito das taxas de proteção contra importações, já que os produtos domésticos quase não encontravam competidores estrangeiros. Em particular, a manufatura intensiva em mão-de-obra recebeu poucos incentivos para exportar, embora corresponda às vantagens comparativas da Índia. O país, em consequência, seguiu perdendo parcelas de seus mercados de exportação, especialmente de manufaturados, cujas exportações caíram a 70% das hipoteticamente possíveis, calculadas supondo parcelas invariáveis nos mercados, em 1978.

O Chile, por outro lado, abandonou sua estratégia de orientação para o mercado interno a favor de uma orientação para o exterior. Aboliram-se todas as restrições às importações, e ao longo de cinco anos as tarifas alfandegárias foram reduzidas a 10% em junho de 1979, com a exceção única da indústria de automóveis. As reduções alfandegárias fizeram parte de um pacote de políticas econômicas, que ainda incluía substancial desvalorização real, abolição dos controles de preços, instituição de preços realistas para as utilidades públicas, eliminação do *deficit* orçamentário, fixação de taxas de juros positivas e liberalização dos mercados financeiros.

O rumo da economia nos anos imediatamente subsequentes à queda de Allende em setembro de 1973 foi, no entanto, fixado pelas políticas antiinflacionárias do governo então instalado de Pinochet. Estas medidas visavam à redução da taxa de inflação, que chegou

até 500% ao ano, e tornaram-se ainda mais severas em 1975, em resposta à perda nos termos de troca sofrida pelo Chile naquele ano.

As políticas aplicadas levaram a uma queda de 15% no valor real da oferta de moeda em 1974 e de 25% em 1975, enquanto o *deficit* orçamentário do governo cedeu lugar a um *superavit*. Não obstante, a continuação da indexação dos salários impediu a contenção da taxa de inflação. Medida pelo índice ajustado de preços ao consumidor preparado pelo Banco Mundial, a alta de preços dezembro-a-dezembro foi de 405% em 1973, 376% em 1974 e 341% em 1975.

Com a indexação dos salários, o maior peso dos ajustes foi descarregado nos desempregados. Enquanto o PNB caiu 7% entre 1973 e 1975, o desemprego elevou-se de 5% da força de trabalho em dezembro de 1973 para 14% em dezembro de 1975, na região metropolitana de Santiago. A taxa caiu a 10% em dezembro de 1976, mas daí em diante reduziu-se lentamente, já que boa parte do crescimento subsequente do produto nacional bruto foi obtida com o incremento da produtividade do trabalho e do capital.

O produto nacional bruto cresceu 13% entre 1975 e 1977 e 20% de 1977 a 1978, apesar de as taxas de investimento terem ficado estáveis, em função de uma queda nas relações incrementais capital/produto. Simultaneamente, a inflação dezembro-a-dezembro caiu de 341% em 1975 para 174% em 1976, 63% em 1977 e 30% em 1978. O decréscimo da taxa de crescimento da oferta de moeda foi inferior, de maneira que foram reforçados os estoques de moeda em mãos de pessoas físicas e jurídicas.

A aplicação das políticas acarretou aumentos substanciais na taxa de câmbio real, embora os cálculos baseados no índice (ajustado) de preços ao consumidor exagere o alcance da valorização, por causa da diminuição das margens de comercialização no varejo. Mesmo assim, foi utilizado este índice porque incorpora ajustes que compensam a inflação reprimida no começo dos anos 70, e que não foram feitos no índice de preços por atacado.

A desvalorização da taxa de câmbio real levou a um rápido aumento da participação do país nos mercados de exportação; a expansão resultante representou 31% do total de exportações em 1978.

A expansão dos mercados foi especialmente pronunciada no caso dos manufaturados: suas exportações em 1978 superaram em três vezes o montante que teria sido atingido com as parcelas chilenas do mercado de "1972". Igualmente houve uma substituição de importações considerável, em resposta à desvalorização da taxa de câmbio real, mas ela estagnou-se em 1977 e posteriormente passou a diminuir, enquanto as reduções alfandegárias faziam sentir seu peso sobre as indústrias substituidoras de importações. A economia nas importações, associada a taxas inferiores de crescimento do PNB, também diminuiu com a aceleração do crescimento econômico.

Ao mesmo tempo, os efeitos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos aumentaram consideravelmente, exigindo financiamento externo líquido adicional. Não obstante, com o aumento rápido do PNB, a participação da dívida externa bruta em 1978 (42%) apenas excedeu seu nível de 1973, enquanto o máximo atingido foi de 48% em 1975. O avanço foi maior ainda em termos da participação da dívida externa líquida, devido à acumulação de reservas. Por outro lado, a elevação da participação do serviço da dívida bruta, de 42% em 1973 para 59% em 1978, explica-se completamente pelo crescente reembolso de empréstimos, contabilizado como amortização.

Em resposta à quadruplicação do preço do petróleo, o Uruguai adotou políticas monetárias antiinflacionárias, e o valor real da oferta de moeda caiu 8% de 1973 a 1974. A elevada taxa inflacionária, no entanto, também acarretou uma diminuição do valor real da receita governamental, e o *deficit* orçamentário aumentou. O Uruguai igualmente deixou de desvalorizar *pari passu* com a inflação, e a taxa de câmbio real frente ao dólar norte-americano valorizou-se em 8%.

Com a queda da taxa de câmbio real, houve pouca variação na participação das exportações e na substituição de importações, de maneira que o Uruguai teve que recorrer ao endividamento externo, mais a redução de suas reservas, para financiar o crescente hiato de recursos. No entanto, em vez de tentar remediar sua situação externa com uma maior deflação da economia, o governo optou por uma *fuite en avant* ao introduzir reformas que romperam com as políticas costumeiras de décadas anteriores.

As políticas introduzidas em julho de 1974 incluíram a eliminação dos controles de preços domésticos, a eliminação de restrições às importações, a redução de tarifas alfandegárias e a abolição dos requisitos mínimos de financiamento externo para a importação, salvo no caso dos bens de capital. Adicionalmente, as taxas de juros foram aumentadas, o movimento de capital estrangeiro liberalizado e o sistema de minidesvalorizações ajustado para desvalorizar o peso em termos reais.

A taxa de câmbio real cresceu 20% em 1975, elevou-se mais ainda em 1976 e 1977 e, não obstante uma queda em 1978, ficou 5% acima do nível de 1973 e apenas ligeiramente abaixo do nível de "1972". Enquanto a abrangência das reduções alfandegárias foi limitada, as exportações não-tradicionais receberam devoluções de tarifas, créditos preferenciais e alívio tributário, reduzindo assim a discriminação há muito tempo exercida contra as exportações.

As medidas aplicadas impulsionaram a expansão rápida das exportações. Os aumentos foram especialmente grandes nas exportações de manufaturados, que superaram o nível hipotético (calculado supondo parcelas constantes nos mercados de exportação) em mais de três vezes em 1978. O aperfeiçoamento do sistema de incentivos, a instituição de taxas de juros positivas e as reduções no *deficit* orçamentário contribuíram, ainda, para a elevação das relações incrementais capital/produto, o aumento da participação do investimento no PNB e, por último, a aceleração do crescimento econômico. O produto nacional bruto cresceu a uma taxa média anual de 3,3% entre 1973 e 1976 e de 5,0% entre 1976 e 1979, após uma queda no início da década e uma virtual estagnação em décadas anteriores.

Embora o aumento das importações decorrente da aceleração do crescimento tenha compensado parcialmente a maior participação das exportações e tenha havido pouca substituição de importações, o efeito resultante das políticas econômicas domésticas foi a redução das necessidades de financiamento externo associadas aos choques externos. Em conseqüência, a elevação da participação do serviço da dívida bruta, de 33% em 1973 para 36% em 1975, foi seguida por um declínio para 25% em 1977. Apesar de o aumento dos choques externos e de a queda das exportações de carne, devida à im-

posição de restrições pelo Mercado Comum,¹⁵ terem ocasionado a elevação desta razão para 30% em 1978, não se atingiu mais o nível de 1973.

A dívida externa do Uruguai aumentou consideravelmente na seqüela da crise do petróleo, com a participação da dívida externa bruta alcançando 16% em 1974 e permanecendo nesse nível nos anos seguintes, enquanto a participação da dívida externa líquida caiu de 6% em 1973 para zero em 1978.

6 — Conclusões e avaliação

Na média do período 1974/78, entre os países de industrialização recente em vias de desenvolvimento, a maior razão entre os efeitos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos e o produto nacional bruto foi a que se observou em Singapura (23%). Obtém-se a mesma percentagem ao relacionar-se os efeitos dos choques externos ao valor médio de exportações e importações, o que dá um indício do grau de ajustes no fluxo comercial necessários para compensar o impacto sobre o balanço de pagamentos dos choques externos. As razões correspondentes foram 7 e 37% na Coreia e 7 e 19% em Taiwan (Tabela 8).¹⁶

Nenhum dos países do Extremo Oriente modificou sua estratégia de orientação para fora em resposta aos choques externos e, em consequência, todos realizaram maiores aumentos em suas parcelas dos mercados de exportação durante o período em consideração. Estes países igualmente aumentaram seus incentivos ao investimento e restabeleceram taxas de juros positivas, produzindo assim um incremento nas taxas de poupança e investimentos internos.

¹⁵ Com nossa metodologia, esta queda aparece como perda de uma parcela nos mercados de exportações, a qual é parcialmente compensada pelos avanços das exportações não-tradicionais do Uruguai.

¹⁶ Deve ser lembrado que no cálculo destas razões o produto nacional bruto e o valor médio das exportações e importações (valor médio do comércio) são expressos em preços de "1972".

As políticas aplicadas possibilitaram aos três países orientais a manutenção de taxas de crescimento econômico maiores que qualquer outro país de industrialização recente em vias de desenvolvimento. Foi este o caso, embora Taiwan e, em menor grau, Singapura tenham aceito reduções na taxa de crescimento econômico nos anos de 1974 e 1975, a fim de limitar seu endividamento externo e reduzir a taxa de inflação.

A Coréia, por sua vez, aumentou sua dependência do capital estrangeiro para manter suas altas taxas de crescimento econômico na seqüela dos choques externos sofridos em 1974. Em consequência, a dívida externa coreana chegou a 25% do PNB em 1978, embora o rápido aumento das exportações tornasse possível limitar a participação do serviço da dívida bruta a 20%, taxa essa bem inferior aos níveis alcançados no início dos anos 70. A situação deteriorou-se em 1979, quando caíram as exportações em função da supervalorização da taxa de câmbio e de alguns grandes investimentos intensivos em capital.

No segundo grupo de países latino-americanos, os efeitos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos foram desprezíveis na Argentina e na Colômbia, que não sofreram com os aumentos no preço do petróleo. A Colômbia ainda se beneficiou da alta do preço do café. Contudo, as oportunidades oferecidas pela melhoria do balanço de pagamentos não foram aproveitadas para acelerar a taxa de crescimento econômico. Ao contrário, a Colômbia deixou que sua taxa de câmbio real se valorizasse e reduziu os subsídios às exportações, com efeitos adversos tanto nas exportações como na substituição de importações.

O Brasil também aumentou a discriminação contra as exportações ao elevar a proteção contra a importação e favorecer as indústrias substituidoras de importações na distribuição de créditos. Além disso, aumentou substancialmente seu endividamento externo com vistas à manutenção das altas taxas de expansão econômica frente aos efeitos adversos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos, que chegou a 3% do PNB e 47% do valor médio do comércio no período 1974/78. Não obstante, dada a alta intensidade de capital nas indústrias substituidoras de importações, as relações incrementais capital/produto ampliaram-se consideravelmente, levando a uma desacele-

TABELA 8

Relações representativas dos efeitos de choques externos sobre o balanço de pagamentos e das políticas de resposta a estes choques (médias para os anos de 1974/78)

Choques Externos como % do PNB	Comércio Médio	Efeitos dos Termos de Troca		Efeitos do Volume das Exportações		Efeitos da Adicionalidade Externa		Efeitos do Aumento da Partição em Mercados Externos		Substituição de Importações como % dos Choques Externos		Efeitos de Taxas de Câmbio e do Serviço da Dívida Bruta		Taxa de Crescimento do PNB		Relação Incremental Capital/Produto		Participação da Poupança Interna																																																																																																																																							
		% dos Choques Externos	% dos Choques Externos	% dos Choques Externos	% dos Choques Externos	% dos Choques Externos	% dos Choques Externos	% dos Choques Externos	% dos Choques Externos	% dos Choques Externos	% dos Choques Externos	% dos Choques Externos	% dos Choques Externos	% dos Choques Externos	1973/79	1975/79	1973/79	1975/79	1973/78	1975/78																																																																																																																																					
0,2	3,8	65	35	207	-35	385	16	38,6	1,2	1,3	13,0	16,6	24,6	26,9	2,7	46,6	82	18	27	15	67	-10	53,6	6,3	5,8	3,6	3,9	21,4	8,0	61,1	89	11	-5	54	21	31	42,0	3,6	8,0	2,8	1,4	10,3	-0,7	8,8	243	-143	65	-19	-139	-7	24,4	5,5	6,1	3,2	3,1	22,1	1,3	23,4	63	37	205	-28	102	25	90,0	4,2	4,7	4,1	4,0	22,5	2,1	48,8	71	23	131	-20	-13	-2	23,8	4,3	3,7	4,9	5,7	20,9	2,1	56,6	82	18	57	29	15	48	40,4	2,3	2,2	8,8	10,8	6,6	7,8	74,2	76	24	64	-16	18	28	29,7	5,7	6,1	4,4	4,7	26,5	6,9	37,1	74	23	-92	89	135	-32	18,8	10,1	11,0	2,9	2,8	23,6	23,3	22,5	72	28	68	23	-43	6,1	7,5	8,2	4,2	3,6	27,6	6,5	19,3	41	59	-76	10	35	131	6,7	7,5	9,8	3,2	2,6	32,6

FONTE: Ver Tabelas 1, 2, 6 e 7.

ração do crescimento econômico quando o Brasil deixou de aproveitar os créditos externos para elevar a participação do investimento no PNB. Simultaneamente, a participação do serviço da dívida bruta cresceu de 43 para 68%, e a razão entre a dívida externa e o PNB de 14 para 24%, no período 1973/78.

A aplicação de políticas fiscais expansionistas levou à deterioração da posição competitiva do México, que precisou de financiamento externo muito superior aos efeitos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos, que foi equivalente, na média, a 1% do PNB e 23% do valor médio do comércio durante o período em questão. Em consequência, a dívida externa bruta mexicana alcançou 35% do PNB em 1978, não obstante o grande aumento das receitas petrolíferas, e a participação do serviço da dívida bruta superou 100%. Ao mesmo tempo, com a queda da participação das exportações (não-petrolíferas) e com a substituição negativa de importações, a taxa de crescimento econômico não voltou aos níveis de 1963/73, e todo crescimento significou um alto custo em termos de investimento, já que a relação incremental capital/produto quase dobrou depois de 1973.

Na Argentina, as políticas expansionistas produziram altas taxas inflacionárias, uma vez que a resistência dos sindicatos e outros grupos à queda de suas rendas reais gerou uma espiral salários-preços. A aceleração inflacionária, por sua vez, causou um deslocamento considerável, e a taxa de crescimento econômico caiu de 4,7% em 1963/73 para 1,2% em 1973/79. No entanto, a economia em importações, devida a taxas inferiores de crescimento do PNB e aos choques externos favoráveis no fim do período, produziu uma acumulação de reservas que facilitou a introdução de reformas econômicas em dezembro de 1978.

No terceiro grupo de países, os efeitos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos foi equivalente a uma média de 12% do PNB nos anos de 1974/78 em Israel e 8% na Iugoslávia; as razões correspondentes em relação ao valor médio do comércio foram de 57 e 74%, respectivamente. Em resposta a esses choques, Israel e, particularmente, Iugoslávia ampliaram a discriminação contra as exportações através de um maior protecionismo em relação às importações, e assim viram diminuir suas parcelas nos mercados de exportação.

Durante boa parte desse período, Israel aplicou políticas antiinflacionárias e deixou valorizar-se a taxa de câmbio, produzindo uma queda da taxa de crescimento de 8,2% em 1963/73 para 2,3% em 1973/79. Enquanto a desvalorização da taxa de câmbio no fim do período trouxe uma expansão das exportações e do PNB, isto realizou-se ao preço de uma aceleração inflacionária. Adicionalmente, a participação da dívida externa bruta no PNB elevou-se de 54% em 1973 para 82% em 1978, e a participação do serviço da dívida bruta manteve-se abaixo de 40% apenas porque Israel podia obter empréstimos a longo prazo nos Estados Unidos.

Na Iugoslávia, a participação da dívida externa bruta subiu de 8 para 18%, e a do serviço da dívida bruta de 28 para 33%, entre 1973 e 1978. Boa parte da entrada de capitais destinou-se ao investimento, permitindo a manutenção de taxas relativamente altas de crescimento do PNB (5,7% entre 1973 e 1979). O mau desempenho das exportações iugoslavas nos mercados dos países desenvolvidos, no entanto, cria perigos para o futuro, e a eficiência de alguns dos investimentos intensivos em capital substituidores de importações é duvidosa.

A média dos efeitos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos da Índia, como percentagem do PNB, foi de 2% no período 1974/78 e 49% como percentagem do valor médio de seu comércio, mas estes efeitos foram compensados em grande medida por ganhos derivados das remessas de trabalhadores e do turismo. Em contraste, os efeitos adversos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos chegaram a 8% do PNB e 61% do valor médio do comércio no Chile e 6 e 62%, respectivamente, no Uruguai. Enquanto os dois países latino-americanos adotaram políticas orientadas para fora em resposta aos choques, a Índia não modificou substancialmente seu sistema de incentivos e optou pela acumulação de reservas. Em consequência, experimentou perdas adicionais em suas parcelas nos mercados de exportação, e a taxa de crescimento do PNB não excedeu substancialmente o nível registrado na década anterior, apesar do melhor desempenho da agricultura e da elevação da poupança interna.

A guinada à orientação para fora foi realizada com severas políticas antiinflacionárias no Chile, o que não ocorreu no Uruguai, onde as

reduções alfandegárias também foram aplicadas mais lentamente. Os efeitos destas diferenças aparecem nas tendências do crescimento econômico dos dois países: no Chile, uma taxa média de crescimento do PNB de 1,6% entre 1971 e 1973 foi seguida de uma queda de 2,4% entre 1973 e 1976 e um aumento de 9,0% entre 1976 e 1979; no Uruguai, as taxas correspondentes foram de -1,5, 3,3 e 5,0%, respectivamente.

A aceleração do crescimento econômico foi associada nos dois países a uma queda substancial das relações incrementais capital/produto. Eles também experimentaram uma queda na razão entre a dívida externa líquida, descontadas as reservas acumuladas, e o PNB. Finalmente, a participação do serviço da dívida bruta decresceu no Uruguai enquanto o incremento desta razão no Chile explicase pelo reembolso de empréstimos externos, contabilizado como amortizações.

Os resultados do estudo indicam as vantagens de políticas orientadas para fora em termos do desempenho das exportações e do crescimento econômico, frente a choques externos. Os países que aplicaram este tipo de políticas aumentaram sua participação nos mercados de exportação, enquanto se reduziram as parcelas dos países caracterizados por uma orientação voltada para o mercado interno (Tabela 8).¹⁷ A utilização da promoção de exportações em resposta a choques externos, por outro lado, favoreceu o crescimento econômico.

No grupo de 12 países de industrialização recente em vias de desenvolvimento, o coeficiente de correlação entre o grau de utilização da promoção de exportações (definido como a razão entre o incremento da exportação, associado a uma maior participação nos mercados de exportação, e os efeitos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos) e a taxa de crescimento do PNB foi de 0,50 no pe-

¹⁷ A única exceção foi o Brasil, que aumentou a participação das exportações, não obstante a intensificação da discriminação anticexportadora e do protecionismo em relação às importações. No entanto, a participação das exportações diminuiu no final do período, e várias firmas industriais ficaram sujeitas a obrigações contratuais de exportação, levando a exportações abaixo do custo.

riodo 1973/79.¹⁸ O resultado é significativo estatisticamente ao nível de 1%.¹⁹

Reduz-se o grau de correlação entre as duas variáveis pelo fato de que no Chile e no Uruguai, que adotaram políticas orientadas para fora durante o período em consideração, os efeitos favoráveis destas políticas sobre o crescimento econômico foram retardados. Para compensar este lapso, o grau de utilização da promoção de exportações em resposta a choques externos também foi correlacionado à taxa de crescimento do PNB no período 1975/79; o coeficiente de correlação de Spearman registrado, neste caso, foi de 0,72.

A experiência favorável dos países que aplicaram estratégias de desenvolvimento orientadas para fora são explicáveis pelo uso eficiente de recursos e pela rápida transformação tecnológica no contexto deste tipo de estratégia, que outorga o mesmo nível de incentivos às exportações e à substituição de importações. Esta afirmação apóia-se na alta correlação constatada entre o grau de utilização da promoção de exportações e a relação incremental capital/produto. Ao empregar a recíproca da relação incremental capital/produto em nossos cálculos, o coeficiente de correlação de Spearman entre as duas variáveis foi de 0,75 no período 1973/79. Obtém-se praticamente o mesmo resultado — um coeficiente de 0,77 — ao empregar as relações incrementais capital/produto para o período 1975/79, para deixar margem à possibilidade de retardamento na efetivação do ajuste.

O efeito retardante, no entanto, afeta os resultados quando se trata de explicar as diferenças entre os países das taxas de crescimento do PNB em termos da relação incremental capital/produto e a participação da poupança interna. Assim, substituindo os dados

¹⁸ Os choques externos e as razões entre as políticas de resposta e os choques externos, que compreendem o financiamento externo líquido adicional, o incremento da participação em mercados de exportação, a substituição de importações e a contração da taxa de crescimento econômico, são médias para os anos de 1974/78, calculadas numa base de 1971/73. Os dados pertinentes são apresentados na Tabela 8.

¹⁹ Extrapolando o valor da significação estatística calculada para 10 observações, um coeficiente de correlação de Spearman igual ou superior a 0,29 será significativo ao nível de 1% no caso de 12 observações.

de 1973/79 pelos de 1975/79, o coeficiente de correlação de Spearman aumenta de 0,43 para 0,82, ao correlacionar a recíproca da relação incremental capital/produto, e diminui de 0,59 para 0,46, ao correlacionar a participação da poupança interna à taxa de crescimento do PNB.²⁰ Os resultados para os anos de 1975/79 correspondem estreitamente a cálculos para o período 1960/73 feitos com uma amostra de 113 países onde foram obtidos coeficientes de correlação de 0,72 e 0,40 nos dois casos, respectivamente.²¹

A fim de separar os efeitos da relação incremental capital/produto daqueles da participação da poupança interna sobre o crescimento econômico, foram aplicadas ainda técnicas de regressão múltipla. Os resultados apresentados nas equações (9) e (10) indicam que a taxa de crescimento econômico é afetada por ambas as variáveis, que são altamente significativas em termos estatísticos e explicam aproximadamente 80% das variações de um país a outro na taxa de crescimento do PNB.²² É igualmente evidente que, numa comparação entre vários países, um aumento de 10% na recíproca da relação incremental capital/produto associa-se a um incremento de 9-10% na taxa de crescimento do PNB, e que um incremento de 10% na participação da poupança interna associa-se a outro de 3-4% na taxa de crescimento do PNB:

$$1973/79: \log y = 1,806 + 0,972 \log y/I + 0,385 \log S/Y$$

$$(2,594) \quad (1,866) \quad (1,973) \quad (9)$$

$$R^2 = 0,782$$

$$1975/79: \log y = 1,935 + 0,852 \log y/I + 0,311 \log S/Y$$

$$(4,145) \quad (7,454) \quad (2,157) \quad (10)$$

$$R^2 = 0,872$$

²⁰ Os resultados não são afetados apreciavelmente se se usa no cálculo a participação do investimento interno bruto, ou a do investimento fixo interno bruto, em vez da participação da poupança interna. (Os dados sobre a participação do investimento na despesa agregada são apresentados na Tabela 7).

²¹ Michal Hopkins e Ralph van der Hooven, "Basic Needs: an Economic Theory" (Genebra: International Labor Office, agosto de 1980), mimeo.

²² Significado dos símbolos: y = taxa média anual de crescimento do PNB; I = investimento interno bruto; S/Y = participação da poupança interna bruta; os valores t são mostrados entre parênteses.

A importância das opções entre políticas é adicionalmente demonstrada pela ausência de uma correlação negativa entre os efeitos dos choques externos sobre o balanço de pagamentos, expressos como fração do PNB, e a taxa de crescimento econômico. Aliás, a correlação entre as duas variáveis foi ligeiramente positiva (0,19), sendo significativa estatisticamente ao nível de 10%, o que é compatível com a hipótese de que os choques externos induziram ao melhoramento de políticas, como foi o caso no Chile e no Uruguai.

Não houve relação estatística significativa entre a dependência no financiamento externo líquido adicional em resposta aos choques externos e a taxa de crescimento do PNB, com o coeficiente de correlação de Spearman entre as duas variáveis sendo $-0,09$. O resultado reflete o fato de que os efeitos do endividamento externo sobre o crescimento econômico dependem do aproveitamento dos empréstimos externos. No Brasil, por exemplo, onde tal financiamento foi principalmente destinado ao aumento dos níveis de consumo e ao investimento em indústrias substituidoras de importações de alto custo, a taxa de crescimento diminuía enquanto a dívida externa aumentava.

Simultaneamente, o serviço da dívida externa implica um custo para a economia nacional, reduzindo, *ceteris paribus*, a taxa de crescimento econômico. De fato, nos 12 países de industrialização recente em vias de desenvolvimento, a correlação entre a participação do serviço da dívida bruta e a taxa de crescimento do PNB, medida pelo coeficiente de correlação de Spearman, foi de $-0,60$ durante o período 1973/79.

A experiência dos países de industrialização recente em vias de desenvolvimento durante o período em consideração também fornece evidência sobre a sensibilidade das exportações e da substituição de importações a variações nas taxas de câmbio reais, e sobre os efeitos de variações nas taxas de juros reais e nos incentivos ao investimento sobre a poupança interna e o investimento. Parece-nos ainda que a supervalorização das taxas de câmbio e a manutenção de taxas de juros reais negativas, assim como os grandes *deficits* orçamentários produtores de uma aceleração inflacionária, tendem a deprimir a taxa de atividade econômica.

TABELA 9

*Efeitos de choques externos sobre o balanço de pagamentos e as
políticas de resposta a estes choques
(média 1974/78)*

(Em US\$ Milhões)

	Argen- tina	Brasil	Chile	Colômbia	México	Uruguai	Índia	Israel	Ingos- latvia	Coréia	Singap- pura	Taiwan
I. Choques Externos												
Efeitos de Aumentos dos Preços de												
Importações	1.737	7.102	1.248	780	2.442	351	3.268	2.061	3.913	4.742	4.383	3.720
Combustíveis	351	3.257	235	63	910	134	1.224	518	814	1.388	1.909	995
Não-Combustíveis	1.376	3.845	1.014	717	2.232	217	1.945	1.543	3.099	3.354	2.484	2.725
Efeitos de Aumentos dos Preços de												
Exportações	1.655	4.729	589	1.011	1.995	178	2.115	1.111	1.904	3.424	3.608	3.537
Primárias Tradicionais	624	2.345	235	740	473	31	365	44	76	154	0	0
Combustíveis	20	150	3	79	617	0	24	0	64	79	1.559	94
Outras Primárias Não-Tradicionais	566	1.113	182	36	264	73	636	221	407	335	817	403
Manufaturadas	456	1.121	170	156	640	75	1.030	845	1.207	2.856	1.264	2.860
Diferença (Efeitos dos Termos de Troca)	61	2.373	659	-231	447	173	1.053	950	2.009	1.319	724	363
Efeitos Puros dos Termos de Troca	1.057	1.203	1.707	-354	-704	265	1.077	136	559	890	762	847
Efeitos do Desequilíbrio Comercial	-1.096	1.170	-1.048	123	1.242	92	-24	815	1.451	429	1.486	-484
Valor Tendencial das Exportações, a												
Preços de "1972"	3.026	5.658	1.233	1.159	2.393	294	3.765	1.976	3.669	3.424	3.612	5.266
Exportações Hipotéticas, a Preços de												
"1972"	2.993	5.134	1.157	1.023	2.136	274	3.336	1.762	3.022	2.973	3.328	4.744
Diferença (Efeitos do Volume de												
Exportações	33	523	76	136	257	20	429	215	646	451	284	522
Primárias Tradicionais	-23	324	56	99	105	9	80	3	23	19	0	0
Combustíveis	2	14	7	18	7	0	6	0	6	6	158	3
Outras Primárias Não-Tradicionais	47	93	20	4	41	8	60	29	65	24	104	60
Manufaturadas	6	63	1	15	105	4	283	183	552	402	21	458
Efeitos de Crescimento	68	192	6	42	195	7	305	264	342	571	178	762
Efeitos de Elasticidade-Renda	-61	-99	-7	-26	-90	-3	-23	-81	211	-109	157	-304

II. Políticas de Resposta

Saldo Efetivo de Recursos, a Preços Correntes	1.156	3.880	44	-341	1.098	67	564	1.973	654	854	600	-390
Valor Tendencial do Saldo de Recursos, a Preços de "1972"	-962	3.089	87	403	-345	-70	-2.556	-1.309	-1.032	2.483	21	283
Diferença (Financiamento Externo Líquido Adicional)	105	791	-43	62	1.442	137	1.992	664	1.086	1.630	682	-673
Exportações Efetivas, a Preços de "1972"	2.903	5.577	1.554	1.035	1.938	344	3.047	1.527	2.703	4.548	3.556	4.837
Exportações Hipotéticas, a Preços de "1972"	2.993	5.134	1.157	1.023	2.136	274	3.336	1.762	3.022	2.973	3.329	4.744
Diferença (Aumento da Participação em Mercados de Exportação)	-89	442	397	-18	-198	70	-289	-234	-259	1.575	227	93
Principais Tradicionais	-160	168	204	102	154	-3	7	-5	-98	69	0	0
Combustíveis	-2	-8	-1	-47	148	0	17	0	-4	1	19	14
Outras Primárias Não-Tradicionais	134	332	38	8	-80	5	165	-26	-34	142	121	181
Mercadorias	120	287	157	80	-111	68	-444	-203	-123	1.363	87	-102
Importações Hipotéticas, a Preços de "1972"	2.360	8.798	1.007	1.023	3.380	289	2.827	2.768	4.881	7.981	4.986	4.640
Importações Efetivas, a Preços de "1972"	1.997	6.857	853	1.161	4.098	277	3.024	2.591	4.195	4.990	5.419	4.331
Diferença (Substituição de Importações) Combustíveis	363	1.941	154	-132	-719	7	-197	177	486	2.391	-433	309
Não-Combustíveis	-40	250	-51	-14	134	9	-8	-26	41	188	102	-77
Valor Tendencial das Importações, a Preços de "1972"	403	1.691	205	-118	-852	-3	-189	203	445	2.203	-535	386
Importações Hipotéticas, a Preços de "1972"	2.374	8.520	1.234	1.022	3.558	263	2.803	3.326	5.624	6.841	5.519	5.797
Diferença (Efeitos das Importações sobre Taxas de Crescimento do PNB) Combustíveis	2.360	8.798	1.007	1.029	3.380	283	2.827	2.768	4.881	7.381	4.986	4.640
Não-Combustíveis	15	-278	227	6	178	-20	25	558	742	-567	532	1.157
Combustíveis	6	-39	35	-1	24	-11	-1	26	73	10	79	46
Não-Combustíveis	9	-239	192	7	155	-9	24	532	670	-527	454	1.111

FONTE: Estatísticas internacionais e nacionais.

TABELA 10

*Efeitos de choques externos sobre o comércio e as políticas de
resposta a estes choques — grupos de mercadorias
(razão média 1974/78)*

	Argen- tina	Brasil	Chile	Co- lômbia	México	Uruguai	Índia	Israel	Ingos- lândia	Coréia	Singra- pura	Taiwan
Exportações												
Produtos Primários Tradicionais												
Hipotéticas/Tendências	101,3	89,9	94,0	85,8	87,2	95,1	89,8	97,0	93,2	83,9		
Efetivas/Hipotéticas	94,3	94,2	123,0	117,0	78,4	80,2	100,9	94,0	69,2	168,3		
Combustíveis												
Hipotéticas/Tendências	79,6	79,6	79,6	79,6	79,6	0	79,6	79,6	79,6	79,6	79,6	79,6
Efetivas/Hipotéticas	77,9	84,4	46,0	34,0	624,3	0	30,4	35,3	83,7	103,6	103,1	213,0
Produtos Primários Não-Tradicionais												
Hipotéticas/Tendências	90,3	90,2	90,2	90,2	90,2	90,2	90,2	90,2	90,2	90,2	90,2	90,2
Efetivas/Hipotéticas	130,6	138,7	119,9	122,0	78,5	107,1	129,8	90,1	94,4	165,3	112,5	132,6
Manufaturados												
Hipotéticas/Tendências	99,2	93,5	101,2	95,5	90,7	90,7	87,9	88,5	79,0	86,7	98,8	90,1
Efetivas/Hipotéticas	84,6	121,5	292,8	74,9	89,1	288,3	78,4	85,6	94,1	151,8	105,0	97,6
Totais												
Hipotéticas/Tendências	98,9	90,7	93,8	88,3	89,2	93,1	88,6	80,1	82,4	86,8	92,1	90,1
Efetivas/Hipotéticas	97,0	108,6	134,3	98,2	90,7	125,6	91,3	96,7	91,4	153,0	106,8	102,0
Importações												
Combustíveis												
Hipotéticas/Tendências	96,0	103,5	70,7	90,1	88,5	126,5	100,2	84,1	82,8	107,6	89,2	83,4
Efetivas/Hipotéticas	131,0	77,9	160,5	437,8	26,9	82,5	102,3	118,8	88,3	66,7	84,2	133,3
Não-Combustíveis												
Hipotéticas/Tendências	99,6	103,2	82,7	100,7	95,4	104,2	101,0	83,2	87,1	108,4	90,5	79,9
Efetivas/Hipotéticas	81,9	77,9	77,8	111,5	116,6	101,1	107,6	92,3	90,2	67,7	112,3	91,2
Totais												
Hipotéticas/Tendências	99,4	103,3	81,6	100,6	95,0	107,6	100,9	83,2	86,6	108,3	90,4	80,0
Efetivas/Hipotéticas	84,6	77,9	84,7	112,9	121,3	97,7	107,0	93,6	90,1	67,6	108,7	93,3

FONTES: Estatísticas internacionais e nacionais.

Estes resultados acarretam implicações para as medidas políticas a serem adotadas em resposta aos recentes aumentos do preço do petróleo. Indicam, em primeiro lugar, a necessidade de diminuir a discriminação no sistema de incentivos, que prejudica as exportações e favorece a substituição de importações. Indicam ainda a necessidade de manter taxas de câmbio e de juros realistas, limitar o *deficit* orçamentário e evitar o uso dos empréstimos estrangeiros no aumento do consumo e dos investimentos em indústrias que não correspondem à vantagem comparativa do país. Em termos mais gerais, os resultados sugerem a necessidade de reduzir as distorções nos mercados de fatores e produtos e de aumentar o uso do mecanismo de mercado.

(Originais recebidos em fevereiro de 1981.)

